

EXEMPLAR ÚNICO



República Federativa do Brasil

EXEMPLAR ÚNICO

DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

ANO LIII - N° 008

SÁBADO, 17 DE JANEIRO DE 1998

BRASÍLIA-DF

EXEMPLAR ÚNICO

MESA**Presidente**

Antônio Carlos Magalhães - PFL - BA

1º Vice-Presidente

Geraldo Melo - PSDB - RN

2º Vice-Presidente

Júnia Marise - Bloco - MG

1º Secretário

Ronaldo Cunha Lima - PMDB - PB

2º Secretário

Carlos Patrocínio - PFL - TO

3º Secretário

Flaviano Melo - PMDB - AC

4º Secretário

Lúcio Portella - PPB - PI

Suplentes de Secretário

1º - Emilia Fernandes - Bloco - RS

2º - Lúdio Coelho - PSDB - MS

3º - Joel de Holland - PFL - PE

4º - Marluce Pinto - PMDB - RR

CORREGEDORIA PARLAMENTAR**Corregedor**

(Reeleito em 2-4-97)

Romeu Tuma - PFL - SP

Corregedores - Substitutos

(Reeleitos em 2-4-97)

1º - Ramez Tebet - PMDB - MS

2º - Joel de Holland - PFL - PE

3º - Lúcio Alcântara - PSDB - CE

**PROCURADORIA
PARLAMENTAR**

(Designação: 16 e 23-11-95)

Nabor Júnior - PMDB - AC

Waldeck Omellas - PFL - BA

Emilia Fernandes - Bloco - RS

José Ignácio Ferreira - PSDB - ES

Lauro Campos - Bloco - DF

LIDERANÇA DO GOVERNO**Líder**

Élcio Alvares - PFL - ES

Vice-Líderes

José Roberto Arruda - PSDB - DF

Wilson Kleinübing - PFL - SC

Ramez Tebet - PMDB - MS

LIDERANÇA DO PFL**Líder**

Hugo Napoleão

Vice-Líderes

Edison Lobão

Francelino Pereira

Gilberto Miranda

Romero Jucá

Romeu Tuma

Júlio Campos

LIDERANÇA DO PMDB**Líder**

Jáder Barbalho

Vice-Líderes

Nabor Júnior

Gerson Carnata

Carlos Bezerra

Ney Suassuna

Gilvam Borges

Fernando Bezerra

EXPEDIENTE**RAIMUNDO CARREIRO SILVA**Secretário-Geral da Mesa do
Senado Federal**MARIA MARIA CORRÊA DE AZEVEDO**

Diretora da Subsecretaria de Ata

DENISÉ ORTEGA DE BAERÉ

Diretora da Subsecretaria de Taquigrafia

LIDERANÇA DO PSDB**Líder**

Sérgio Machado

Vice-Líderes

Osmar Dias

Jefferson Péres

José Ignácio Ferreira
Coutinho Jorge**LIDERANÇA DO
BLOCO DE OPOSIÇÃO****Líder**

José Eduardo Dutra

Vice-Líderes

Sebastião Rocha

Antônio Carlos Valadares

Roberto Freire

LIDERANÇA DO PPB**Líder**

Epitácio Cafeteira

Vice-Líderes

Leomar Quintanilha

Esperidião Amin

LIDERANÇA DO PTB**Líder**

Odacir Soares

Vice-Líder

Regina Assumpção

Atualizado em 8-1-98

AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral do Senado FederalCLAUDIONOR MOURA NUNES
Diretor da Secretaria Especial
de Editoração e PublicaçõesJÚLIO WERNER PEDROSA
Diretor da Subsecretaria Industrial**DIÁRIO DO SENADO FEDERAL**Impresso sob a responsabilidade da
Presidência do Senado Federal
(Art. 48, nº 31 RISF)

SENADO FEDERAL

SUMÁRIO

1 – ATA DA 8ª SESSÃO NÃO DELIBERATIVA, EM 16 DE JANEIRO DE 1998

1.1 – ABERTURA

1.2 – EXPEDIENTE

1.2.1 – Mensagem do Presidente da República

Nº 81, de 1998 (nº 76/98, na origem), de 14 do corrente, submetendo à apreciação do Senado o nome do Senhor Carlos Alberto Pessoa Pardellas, Ministro de Primeira Classe do Quadro Especial, da Carreira de Diplomata, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República da Bulgária.....

00752

1.2.2 – Discurso do Expediente

SENADOR RAMEZ TEBET – Reverência à memória do Senador Onofre Quinan. Entusiasmo de S. Ex^e com a inauguração, ontem, da eclusa de Jupiá, com a presença dos Governadores dos Estados de São Paulo e Mato Grosso do Sul, e o impacto positivo para o desenvolvimento da região. Registro da importância do término das obras da Ferronorte. Comentários à construção da usina hidrelétrica de Porto Primavera, pelo Estado de São Paulo, e os danos causados ao seu Estado de Mato Grosso do Sul.....

00757

1.2.3 – Comunicações da Presidência

Adoção, pelo Senhor Presidente da República, da Medida Provisória nº 1.531-14, em 8 de janeiro de 1998 e publicada no dia 9 do mesmo mês e ano, que altera dispositivos das Leis nºs 8.666, de 21 de junho de 1993, 8.987, de 13 de fevereiro de 1995, 9.074, de 7 de julho de 1995, e 9.427, de 26 de dezembro de 1996, autoriza o Poder Executivo a promover a reestruturação da Centrais Elétricas Brasileiras S.A. – ELETROBRÁS, e de suas subsidiárias, e dá outras providências. Designação da Comissão Mista e estabelecimento de calendário para tramitação da matéria.....

00760

Adoção, pelo Senhor Presidente da República, da Medida Provisória nº 1.569-10, em 8 de janeiro de 1998 e publicada no dia 9 do mesmo mês e ano, que estabelece multa em operações de importação e dá outras providências. Designação da Comissão Mista e estabelecimento de calendário para tramitação da matéria.....

00761

Adoção, pelo Senhor Presidente da República, da Medida Provisória nº 1.579-16, em 8 de janeiro de 1998 e publicada no dia 9 do mesmo mês e ano, que altera a redação dos arts. 14, 18, 34, 44 e 49 da Lei nº 9.082, de 25 de julho de

1995, dos arts. 18, 19, 34, 35 e § 4º do art. 53 da Lei nº 9.293, de 15 de julho de 1996, que dispõem, respectivamente, sobre as diretrizes para a elaboração da lei orçamentária para os exercícios de 1996 e 1997. Designação da Comissão Mista e estabelecimento de calendário para tramitação da matéria.....

00761

Adoção, pelo Senhor Presidente da República, da Medida Provisória nº 1.580-6, em 8 de janeiro de 1998 e publicada no dia 9 do mesmo mês e ano, que autoriza a Centrais Elétricas Brasileiras S.A. – ELETROBRÁS, e a União a adquirirem ações da Companhia Energética de Alagoas – CEAL, da Companhia Energética do Piauí – CEPISA, da Centrais Elétricas de Rondônia S.A. – CERON, e da Companhia de Eletricidade do Acre – ELETROACRE, para efeito de inclusão dessas empresas no Programa Nacional de Desestatização – PND, bem como o aumento do capital social das Companhias Docas do Rio de Janeiro – CDRJ, e Docas do Estado de São Paulo – CODESP, e dá outras providências. Designação da Comissão Mista e estabelecimento de calendário para tramitação da matéria.....

00762

Adoção, pelo Senhor Presidente da República, da Medida Provisória nº 1.587-5, em 8 de janeiro de 1998 e publicada no dia 9 do mesmo mês e ano, que institui as Gratificações de Desempenho de Função Essencial à Justiça – GFJ, de Atividade de Informações Estratégicas – GDI, de Atividade Fundiária – GAF, e Provisória – GP, e dá outras providências. Designação da Comissão Mista e estabelecimento de calendário para tramitação da matéria.....

00763

Adoção, pelo Senhor Presidente da República, da Medida Provisória nº 1.588-4, em 8 de janeiro de 1998 e publicada no dia 9 do mesmo mês e ano, que cria carreiras no âmbito do Poder Executivo Federal, cria as Gratificações de Desempenho e Eficiência – GDE, e de Desempenho de Atividade de Defesa Agropecuária – GDA, e dá outras providências. Designação da Comissão Mista e estabelecimento de calendário para tramitação da matéria.....

00763

Adoção, pelo Senhor Presidente da República, da Medida Provisória nº 1.592-3, em 8 de janeiro de 1998 e publicada no dia 9 do mesmo mês e ano, que extingue a Companhia de Navegação Lloyd Brasileiro – LLOYDBRAS, e dá outras providências. Designação da Comissão Mis-

ta e estabelecimento de calendário para tramitação da matéria.....

00764

Adoção, pelo Senhor Presidente da República, da Medida Provisória nº 1.593-3, em 8 de janeiro de 1998 e publicada no dia 9 do mesmo mês e ano, que isenta do Imposto de Importação e do Imposto sobre Produtos Industrializados partes e peças destinadas à industrialização de bens de informática a serem adquiridos pelo Tribunal Superior Eleitoral – TSE. Designação da Comissão Mista e estabelecimento de calendário para tramitação da matéria.....

00765

Adoção, pelo Senhor Presidente da República, da Medida Provisória nº 1.599-40, em 8 de janeiro de 1998 e publicada no dia 9 do mesmo mês e ano, que dá nova redação a dispositivos da Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993, que dispõe sobre a organização da Assistência Social, e dá outras providências. Designação da Comissão Mista e estabelecimento de calendário para tramitação da matéria.....

00766

Adoção, pelo Senhor Presidente da República, da Medida Provisória nº 1.604-28, em 8 de janeiro de 1998 e publicada no dia 9 do mesmo mês e ano, que dispõe sobre medidas de fortalecimento do Sistema Financeiro Nacional e dá outras providências. Designação da Comissão Mista e estabelecimento de calendário para tramitação da matéria.....

00766

Adoção, pelo Senhor Presidente da República, da Medida Provisória nº 1.605-19, em 8 de janeiro de 1998 e publicada no dia 9 do mesmo mês e ano, que dá nova redação ao art. 44 da Lei nº 4.771, de 15 de setembro de 1965, e dispõe sobre a proibição do incremento da conversão de áreas florestais em áreas agrícolas na região Norte e na parte norte da região Centro-Oeste, e dá outras providências. Designação da Comissão Mista e estabelecimento de calendário para tramitação da matéria.....

00766

Adoção, pelo Senhor Presidente da República, da Medida Provisória nº 1.606-16, em 8 de janeiro de 1998 e publicada no dia 9 do mesmo mês e ano, que dispõe sobre a extinção de cargos no âmbito da Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional, e dá outras providências. Designação da Comissão Mista e estabelecimento de calendário para tramitação da matéria.....

00767

Adoção, pelo Senhor Presidente da República, da Medida Provisória nº 1.607-13, em 8 de janeiro de 1998 e publicada no dia 9 do mesmo mês e ano, que altera a legislação que rege o salário-educação, e dá outras providências. Designação da Comissão Mista e estabelecimento de calendário para tramitação da matéria.....

00767

Adoção, pelo Senhor Presidente da República, da Medida Provisória nº 1.608-10, em 8 de janeiro de 1998 e publicada no dia 9 do mesmo mês

e ano, que dispõe sobre amortização e parcelamento de dívidas oriundas de contribuições sociais e outras importâncias devidas ao Instituto Nacional do Seguro Social – INSS, e dá outras providências. Designação da Comissão Mista e estabelecimento de calendário para tramitação da matéria.....

00768

Adoção, pelo Senhor Presidente da República, da Medida Provisória nº 1.609-9, em 8 de janeiro de 1998 e publicada no dia 9 do mesmo mês e ano, que dispõe sobre o reajuste do salário mínimo e dos benefícios da Previdência Social. Designação da Comissão Mista e estabelecimento de calendário para tramitação da matéria.....

00768

Adoção, pelo Senhor Presidente da República, da Medida Provisória nº 1.610-5, em 8 de janeiro de 1998 e publicada no dia 9 do mesmo mês e ano, que cria o Fundo de Garantia à Exportação – FGE, e dá outras providências. Designação da Comissão Mista e estabelecimento de calendário para tramitação da matéria.....

00769

Adoção, pelo Senhor Presidente da República, da Medida Provisória nº 1.611-4, em 8 de janeiro de 1998 e publicada no dia 9 do mesmo mês e ano, que altera dispositivos da Lei nº 8.313, de 23 de dezembro de 1991, e dá outras providências. Designação da Comissão Mista e estabelecimento de calendário para tramitação da matéria.....

00770

Adoção, pelo Senhor Presidente da República, da Medida Provisória nº 1.612-19, em 8 de janeiro de 1998 e publicada no dia 9 do mesmo mês e ano, que estabelece mecanismos objetivando incentivar a redução da presença do setor público estadual na atividade financeira bancária, dispõe sobre a privatização de instituições financeiras, e dá outras providências. Designação da Comissão Mista e estabelecimento de calendário para tramitação da matéria.....

00770

Adoção, pelo Senhor Presidente da República, da Medida Provisória nº 1.613-3, em 8 de janeiro de 1998 e publicada no dia 9 do mesmo mês e ano, que altera procedimentos relativos ao Programa Nacional de Desestatização, de que trata a Lei nº 9.491, de 9 de setembro de 1997, e dá outras providências. Designação da Comissão Mista e estabelecimento de calendário para tramitação da matéria.....

00771

Adoção, pelo Senhor Presidente da República, da Medida Provisória nº 1.614-14, em 8 de janeiro de 1998 e publicada no dia 9 do mesmo mês e ano, que define diretrizes e incentivos fiscais para o desenvolvimento regional e dá outras providências. Designação da Comissão Mista e estabelecimento de calendário para tramitação da matéria.....

00771

Adoção, pelo Senhor Presidente da República, da Medida Provisória nº 1.615-24, em 8 de

janeiro de 1998 e publicada no dia 9 do mesmo mês e ano, que dispõe sobre a emissão de Notas do Tesouro Nacional – NTN, destinadas a aumento de capital do Banco do Brasil S.A., e dá outras providências. Designação da Comissão Mista e estabelecimento de calendário para tramitação da matéria.

00772

Adoção, pelo Senhor Presidente da República, da Medida Provisória nº 1.637, em 8 de janeiro de 1998 e publicada no dia 9 do mesmo mês e ano, que dispõe sobre a regulação, fiscalização e supervisão dos mercados de títulos ou contratos de investimento coletivo, e dá outras providências. Designação da Comissão Mista e estabelecimento de calendário para tramitação da matéria.

00773

1.3 – ENCERRAMENTO

2 – RETIFICAÇÃO

Ata da 4ª Sessão Deliberativa Ordinária, realizada em 12 de janeiro de 1998 e Publicada no Diário do Senado Federal do dia subsequente.

00773

3 – EMENDAS

Oferecidas às Medidas Provisórias nºs 1.531-14, 1.579-16, 1.587-5, 1.588-4, 1.599-40, 1.604-28, 1.605-19, 1.606-16, 1.607-13, 1.608-10, 1.609-9, 1.611-4, 1.612-19, 1.613-3, 1.614-14 e 1.615-24, de 1998 (publicadas em suplemento a este Diário).

00774

4 – ATOS DO DIRETOR-GERAL

Nºs 60 a 69, de 1998.

00780

5 – MESA DIRETORA

6 – CORREGEDORIA PARLAMENTAR

7 – PROCURADORIA PARLAMENTAR

8 – LÍDERES E VICE-LÍDERES DE PARTIDOS

9 – CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

10 – COMPOSIÇÃO DAS COMISSÕES PERMANENTES

11 – COMISSÃO PARLAMENTAR CONJUNTA DO MERCOSUL (REPRESENTAÇÃO BRASILEIRA)

Ata da 8^a Sessão Não Deliberativa em 16 de janeiro de 1998

6^a Sessão Legislativa Extraordinária da 50^a Legislatura

Presidência do Sr.: Geraldo Melo

(Inicia-se a sessão às 9 horas.)

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Melo) – Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O Sr. 1^o Secretário em exercício, Senador Leonel Paiva, procederá à leitura do Expediente.

É lido o seguinte:

EXPEDIENTE

MENSAGEM DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA

MENSAGEM Nº 81, DE 1998 (Nº 76/98, na origem)

Senhores Membros do Senado Federal,

De conformidade com o art. 84, inciso VII; da Constituição, e com o disposto no art. 18, inciso I, e os art. 56 e 58, do Regulamento de Pessoal do Serviço Exterior, aprovado pelo Decreto nº 93.325, de 1^o de outubro de 1986, no art. 54, inciso I, alínea a, e no art. 55, do Anexo I ao Decreto nº 2.246, de 6 de junho de 1997, submeto à apreciação de Vossas Excelências a escolha que desejo fazer do Senhor Carlos Alberto Pessôa Pardellas, Ministro de Primeira Classe, do Quadro Especial, da Carreira de Diplomata, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República da Bulgária.

Os méritos do Embaixador Carlos Alberto Pessôa Pardellas, que me induziram a escolhê-lo para o desempenho dessa elevada função, constam da anexa informação do Ministério das Relações Exteriores.

Brasília, 14 de janeiro de 1998. – **Fernando Henrique Cardoso.**

EM Nº 9/DP/ARC/G-MRE/APES

Brasília, 12 de janeiro de 1998

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

De acordo com o art. 84, inciso VII, da Constituição, e com o disposto no art. 18, inciso I, e nos arts. 56 e 58, do Regulamento de Pessoal do Serviço Exterior, aprovado pelo Decreto nº 93.325, de 1^o de outubro de 1986, no art. 54, inciso I, alínea a, e no art. 55, do Anexo I do Decreto nº 2.246, de 6 de junho de 1997, submeto à apreciação de Vossa Ex-

celênci a anexa minuta de Mensagem ao Senado Federal destinada à indicação do Senhor Carlos Alberto Pessôa Pardellas, Ministro de Primeira Classe, do Quadro Especial, da Carreira de Diplomata, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República da Bulgária.

2. Encaminho, igualmente em anexo, informação sobre o país e *curriculum vitae* do Embaixador Carlos Alberto Pessôa Pardellas, que juntamente com a Mensagem ora submetida à apreciação de Vossa Excelência, serão apresentados ao Senado Federal para exame por parte de seus ilustres membros. Respeitosamente, **Luiz Felipe Limpreira**, Ministro de Estado das Relações Exteriores.

INFORMAÇÃO

Curriculum Vitae

Embaixador Carlos Alberto Pessôa Pardellas
Rio de Janeiro/RJ, 25 de julho de 1933.

Filho de Raphael Garcia Pardellas e Angelina Pessôa Pardellas.

Curso de Engenharia Civil, Escola Nacional de Engenharia, UB.

Extensão Universitária em Engenharia Econômica, Escola Nacional de Engenharia.

Extensão Universitária em Administração de Empresas, Escola Fluminense de Engenharia.

CPCD, IRBr.

Curso de Especialização para Chefes de Setores de Promoção Comercial.

III, CAE, IRBr.

Terceiro Secretário, 1^o de fevereiro de 1965.

Segundo Secretário, merecimento, 30 de junho de 1967.

Primeiro Secretário, merecimento, 1^o de janeiro de 1973.

Conselheiro, merecimento, 12 de dezembro de 1978.

Ministro de Segunda Classe, merecimento, 19 de junho de 1985.

Membro do Quadro de Cooperação do Itamaraty com a Escola de Comando do Estado-Maior do Exército, 1966/67.

Auxiliar do Secretário-Geral de Política Exterior, 1966/67.

Auxiliar do Chefe do Departamento de Organismos Regionais Americanos, 1975.

Assistente do Chefe da Divisão da Associação Latino-Americana de Livre Comércio, 1977.

Chefe, interino, da Divisão da Alalc, 1977.

Assessor do Chefe do Departamento de Organismos Regionais Americanos, 1976/78.

Assessor do Chefe da Divisão do Pessoal, 1978/79.

Chefe, interino, da Divisão do Pessoal, 1979.

Diretor da Secretaria de Coordenação dos Assuntos da Amazônia Legal, do Ministério do Meio Ambiente e da Amazônia Legal, 1994/95.

Subsecretário de Programas e Projetos da Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República, 1995/98.

Washington, Terceiro Secretário, 1967.

Washington, Segundo Secretário, 1967/71.

Bruxelas, Segundo Secretário, 1971/73.

Bruxelas, Chefe do Setor de Promoção Comercial, 1971/73.

Bruxelas, Primeiro Secretário, 1973.

São José, Primeiro Secretário, 1973/74.

São José, Chefe do Setor de Promoção Comercial, 1973/74.

São José, Encarregado de Negócios, a.i., 1973/74.

Londres, Conselheiro, 1979/85.

Londres, Chefe do Setor de promoção Comercial, 1979/85.

Londres, Chefe da Seção de Interesses Argentinos, 1982/85.

Pequim, Chefe do Setor de Promoção Comercial, 1985.

Pequim, Ministro-Conselheiro, 1985/86.

Pequim, Encarregado de Negócios, a.i., 1985/86.

Santa-Sé, Ministro-Conselheiro, 1986/91.

Santa-Sé, Encarregado de Negócios, a.i., 1986/91.

Teerã, Embaixador, 1991/92.

XX Sessão da Assembléia Geral da ONU, Nova York, 1965 (assessor).

Reunião Anual da "American Political Science Association", Chicago, 1967 (participante).

Convenção do Partido Democrata, Chicago, 1968 (observador).

Convenção do Partido Republicano, Miami, 1968 (observador).

VI Conferência Anual do Programa Interamericano de Cooperação Católica, Nova York, 1969 (observador).

Seminário sobre Desenvolvimento Econômico do Brasil, Londres, 1971 (participante).

III Conferência da International Peace Academy, Helsinki, 1972 (representante).

Reunião dos Países Latino-Americanos Produtores de Café, Punta Arenas, Costa Rica, 1974 (representante).

XVI Conferência Ordinária da AL, ALC, Montevidéu, 1976 (delegado).

XVII Conferência Ordinária da Alalc, Montevidéu, 1977 (delegado).

À disposição do Secretário-Geral da OEA, em visita oficial do Brasil, 1976.

VIII Reunião de Chanceleres dos Países da Bacia do Prata, Brasília, 1976 (delegado).

III Reunião da Comissão Mista Brasil-México, Brasília, 1976 (delegado).

Representante do Itamaraty no Grupo Técnico Brasileiro-Uruguai do Protocolo de Expansão Comercial, 1976.

XX Reunião da Comissão Assessora de Assuntos Monterários da Associação Latino-Americana de Livre Comércio, Santiago, Chile, 1978 (delegado).

À disposição da Missão Especial da Costa Rica às solenidades de posse do Presidente da República, 1979.

Medalha do Mérito Santos Dumont, Brasil.

Ordem da Coroa, Cavaleiro, Bélgica.

Ordem del Mérito de Mayo, Comendador, Argentina.

Ordem de São Gregório Magno, Comendador, Santa-Sé.

Stélio Marcos Amarante, Diretor-Geral do Departamento do Serviço Exterior.

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES
Subsecretaria-Geral de Assuntos Políticos
 Departamento da Europa
 Divisão da Europa – II

INFORMAÇÃO GERAL SOBRE A BULGÁRIA

Brasília, 11 de dezembro de 1997

BULGÁRIA

1. Dados básicos:

- Nome oficial: República da Bulgária
- Capital: Sofia
- Área: 110.994 km²
- População: 8,7 milhões
- Nacionalidade: búlgara
- Principais cidades: Sofia, Plovdiv, Varna, Burgas, Ruse
- Idiomas: búlgaro (oficial), turco
- Moeda: lev

– Governo:

- Sistema de Governo: República Parlamentarista
- Chefe de Estado: Presidente Peter Stoianov, eleito em 1996
- Chefe de Governo: Ivan Kstov, desde maio de 1997, indicado pelo Presidente Stoianov após eleições que resultaram em vitória da União das Forças Democráticas (UFD)

- Ministro dos Negócios Estrangeiros: Nadejda Mikailova
- Principais partidos: Partido Socialista Búlgaro; União das Forças Democráticas (UFD); União Popular (UAPB); Partido Democrático; Movimento pelos Direitos e as Liberdades (MDL)
- Legislativo: unicameral – Assembléia Nacional, com 240 membros eleitos por voto direto para mandatos de 4 anos
- Constituição em vigor: 1991

– Indicadores sociais (estatísticas de 1994):

- Religião: Cristianismo (ortodoxos 87%), islamismo 12,7%, outros 0,3%
- Densidade demográfica: 78,38 hab./km²
- Composição demográfica: búlgaros 85,8%; turcos 9,7%; ciganos 3,4%; outros 1,1%
- Crescimento demográfico: 0,4
- Expectativa de vida: homens 67,8 anos; mulheres 74,9 anos
- Mortalidade infantil: 15%
- Analfabetismo: menos de 5%

– Indicadores econômicos (estimativas de 1996):

- PIB: US\$10,2 bilhões
- Renda per capita: US\$1.250
- Composição do PIB por setor: agropecuária: 13%; indústria: 35%; comércio e serviços: 53%
- Índice de inflação: 32%
- Índice de desemprego: 20%
- Dívida externa: US\$4,2 milhões
- Produtos econômicos:
agricultura: trigo; milho; cévada
pecuária: ovinos; suínos
minérios: linhita; carvão; ferro
indústria: alimentícia; bebidas; fumageira; construção; eletrônica; química; fertilizantes; metalúrgica.
- Principais produtos exportados: adubos fertilizantes; produtos químicos inorgânicos e orgânicos.
- Principais parceiros comerciais: Repúblicas da CEI.

2. Histórico:

A República Popular da Bulgária foi governada por Todor Jivkov, da linha moderada do Partido Comunista (PC) búlgaro, por 35 anos, até 1989. No final da década de 80, Jivkov buscou adaptar-se à abertura política iniciada por Mikail Gorbatchov na antiga União Soviética, e permitiu maior participação política dos diversos setores sociais, o que propiciou a mobilização organizada dos partidos e movimentos de oposição. A destituição de Jivkov, acusado de

corrupção, e a ascensão da ala mais liberal do PC aceleraram o processo de reformas políticas.

Em 1990, o Partido Comunista passou a denominar-se Partido Socialista e venceu as eleições legislativas nas áreas rurais. A União das Forças Democráticas (UFD) saiu vitoriosa nos centros urbanos e recusou-se a participar de coalizão governamental. Em 1992, Jeliu Jelev, da UFD, foi eleito Presidente da República da Bulgária. Instalou-se, assim, um governo de coalizão, formado pela UFD, pelo Partido Socialista e pelo Movimento pelos Direitos e as Liberdades (MDL, partido da minoria turca). Liuben Berov, do MDL, tornou-se Primeiro-Ministro em 1992, mas renunciou em 1994. Nas novas eleições, o Partido Socialista obteve maioria no Parlamento.

Em 1996, o anúncio de reforma econômica radical, baseada na redução das despesas administrativas (principalmente com demissão de funcionários), para reverter a crise econômica provocada pela desvalorização do lev teve como consequência a derrota de Jelev e a eleição de Peter Stoianov, da UFD, para a Presidência da República. O Partido Socialista, com maioria parlamentar na Assembléia Nacional, indicou o Primeiro-Ministro, Nikolai Dobrev, em janeiro de 1997.

3. Conjuntura política:

A difícil concertação política entre a UFD e o Partido Socialista dificultou a adoção de medidas efetivas para a solução da crise econômica que se vem agravando na Bulgária. Em janeiro de 1997, manifestações públicas de toda ordem (acredita-se, incentivadas pela UFD) demonstraram a insatisfação da sociedade quanto ao impasse político naquele momento. Diante de tal quadro de instabilidade social, o líder socialista, Nikolai Dobrev, renunciou à prerrogativa de formar Gabinete, o que possibilitou a antecipação para abril das eleições para a Assembléia. Estas deram vitória à União das Forças Democráticas (52% dos votos) e resultaram na expressiva derrota do Partido Socialista, que angariou tão somente 20% dos votos. Em maio, Ivan Kostov, da UFD, foi indicado Primeiro-Ministro.

O novo Gabinete, considerado de consenso, deu continuidade ao plano político-econômico do Governo provisório (formado em fevereiro), cujos resultados positivos como a estabilidade cambial, redução da inflação e progressos no campo das privatizações, receberam sólido apoio internacional. O programa do Governo baseia-se, fundamentalmente, na aproximação do país com as instituições políticas e econômicas ocidentais; no restabelecimento acelerado da propriedade privada de terras agrícolas; na

luta contra a corrupção e o crime organizado; na reforma do Estado; e na privatização de empresas estatais.

– Política externa:

A atual política externa búlgara baseia-se na chamada "escolha européia", que prioriza a adesão à União Européia e à OTAN. Outras diretrizes consistem na diversificação de parcerias com a expansão das relações com os países da Europa Central, Estados Unidos e Canadá, além dos países da América Latina, África e Oriente Médio, sobretudo por meio da intensificação das trocas comerciais; e no adensamento das relações com a Rússia, Ucrânia e outros países da CEI.

Cabe salientar que o processo de ingresso na União Européia, solicitado formalmente em dezembro de 1996, tem sido obstaculizado pela crise econômica por que passa a Bulgária. A União Européia, no entanto, manifesta reiteradamente seu total apoio à reformas econômicas conduzidas na Bulgária, país com o qual afirma estar "intimamente ligada" pelo Acordo da Europa.

Em 1994, a Bulgária participou do Programa de Parceria para a Paz da Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN), constituindo o primeiro passo no processo de adesão à Organização. A assinatura, em junho de 1997, do "ato básico" entre a Rússia e a OTAN, representou a eliminação de elemento de desconforto nas relações búlgaro-russas provocado pela candidatura formal da Bulgária à organização. Em outubro, realizou-se, em Sofia, o Encontro dos Ministros de Defesa do Sudeste da Europa. O programa de defesa do atual Governo prevê a adequação das Forças Armadas búlgaras aos padrões estabelecidos pela OTAN. A despeito dessas iniciativas, a Bulgária não está entre os países selecionados, em julho último, para iniciar conversações com vistas ao ingresso em ambas as organizações euro-atlânticas.

4. Conjuntura econômica

Antes do desmantelamento da antiga União Soviética, a Bulgária destinava 87% de seu comércio exterior aos países do bloco socialista e 60% especificamente para a União Soviética. A partir de 1990, sucessivamente nos Governos que se seguiram e, sobretudo, desde fevereiro deste ano, com o Governo provisório e com o Governo de maioria formada pela UDF, a Bulgária adotou reformas orientadas para a economia de mercado.

O atual plano econômico tem como diretrizes o programa de privatizações (que prevê a distribuição de ações para os cidadãos por meio de cupons, nos

moldes do programa tcheco); a redução das despesas orçamentárias; a abertura ao capital estrangeiro; o incentivo à livre iniciativa; e a confirmação dos acordos com as instituições financeiras internacionais. O empréstimo obtido junto ao Fundo Monetário Internacional (FMI), no valor de US\$657 milhões, para o financiamento das exportações e das reformas estruturais, evidencia o apoio dessas instituições ao plano búlgaro.

O elemento central do programa de estabilização, apoiado pelo FMI, é a política monetária (denominada "currency board"), oficialmente instalada em julho de 1997. Para a sua condução, criou-se o Departamento de Emissões, do Banco Central búlgaro. A moeda nacional búlgara (lev) foi vinculada ao marco alemão e tem o câmbio variado em dólar, conforme a relação dólar-marco.

Registraram-se, atualmente, algumas alterações positivas na situação econômico-financeira da Bulgária: a inflação de setembro (aos preços ao consumidor) reduziu-se para o índice de 3% (em contraste com os 450% verificados nos primeiros meses do ano); na primeira metade de outubro, houve queda no preço dos alimentos básicos (0,6%) e nos preços gerais do varejo (4%); a moeda búlgara (lev) recuperou-se; no período de maio a setembro, contudo, depreciou-se em 12% (o que constitui progresso, levando-se em conta a depreciação, no período de fins de 1996 a fevereiro de 1997, atingiu 320%); os investimentos estrangeiros totalizaram US\$412,6 milhões até setembro passado (em 1996, em igual período, foram de US\$120 milhões); houve leve declínio da taxa de desemprego; e recuperação das reservas em divisas (foram estimadas, em setembro, em US\$1,867 bilhão). No entanto, o quadro de dificuldades ainda persiste, e torna-se cada vez mais evidente a influência dos organismos financeiros internacionais no processo de formulações de política interna, principalmente quanto à política monetária. Ademais, o fato de haver no Governo uma facção política com opção claramente definida pela economia de mercado e com ampla aprovação da opinião pública doméstica, confere ao Estado Búlgaro alto grau de confiabilidade e credibilidade no cenário internacional.

A Bulgária pleiteia ingresso na Central European Free Trade Area (CEFTA), criado em 1992, pela então Tchecoslováquia, Hungria e Polônia. O CEFTA tem como objetivo básico a preparação das economias européias centro-orientais para adesão à União Européia. Nesse sentido, tanto os atuais países-membros do CEFTA (República Tcheca, Eslováquia, Hungria, Polônia e Eslovênia) quanto os que preparam seu próximo ingresso são candidatos à adesão à UE. O CEFTA criou um mercado de 65 mi-

lhões de habitantes que deve se estender para 95 milhões após a próxima adesão da Romênia e da Croácia. A partir de 1º de janeiro de 2001, estará liberado o comércio de bens industriais entre os países-membros, com exceção da exportação de automóveis para a Polônia.

5. Relações bilaterais:

Brasil e Bulgária mantiveram, no período comunista, relações pouco densas nos âmbitos político e econômico-comercial. Esse quadro vem-se revertendo gradualmente com as transformações políticas e econômicas em ambos os países. A atual situação búlgara, instável economicamente e ainda em processo de consolidação democrática, constitui, porém, elemento de entrave no processo de adensamento das relações bilaterais.

No que se refere ao intercâmbio comercial, as exportações brasileiras cresceram 100% no ano de 1995, com relação a 1994, atingindo a cifra de 40 milhões de dólares. Verificou-se, também, aumento considerável no número de produtos manufaturados brasileiros no mercado búlgaro, introduzidas por terceiros países, não registrados no montante total de exportações brasileiras para a Bulgária. A Bulgária absorveu, em 1995, apenas 0,07% do total do comércio exterior brasileiro. O Brasil foi responsável, no mesmo período, por somente 0,9% do comércio exterior búlgaro. Até 1995, de acordo com dados do Banco Central do Brasil, não havia registro de investimentos brasileiros na Bulgária ou de investimentos búlgaros no Brasil.

Realizou-se em Brasília, em 1996, rodada de consultas políticas bilaterais, chefiada, do lado brasileiro, pelo Subsecretário Geral para Assuntos Políticos (SGAP) e, do lado búlgaro, pelo Vice-Ministro dos Negócios Estrangeiros, Ivan Khristov. Na ocasião, reiterou-se o interesse recíproco em intensificar o diálogo bilateral. No plano comercial, sugeriu-se a realização de missões empresariais. A Bulgária apresenta-se, nesse contexto, como possível "ponte" para o comércio do Brasil com a Europa do Leste e os países da antiga União Soviética. Registrou-se a positiva colaboração entre os dois países nos foros multilaterais. Na ocasião, a Bulgária, que tem apoiado candidaturas brasileiras, como, recentemente, a do Ministro Rezek à Corte de Haia, solicitou o apoio do Brasil à sua candidatura à Organização Marítima e à sua admissão na OMC.

– Principais acordos:

- 1982: Acordo sobre Navegação Marítima Comercial

- 1990: Acordo sobre Cooperação Cultural
- 1992: Acordo, por troca de notas, para o Estabelecimento de um Regime de Isenção de Visto a Portadores de Passaporte Diplomático ou de Serviço.
- 1993: Acordo sobre Comércio e Cooperação Econômica

– Troca de visitas:

- 1993: Visita à Bulgária do Diretor-Geral do Departamento da Europa
- 1993: Visita ao Brasil do Vice-Primeiro-Ministro e Ministro do Comércio da Bulgária
- 1995: Visita ao Brasil do Chanceler da Bulgária, por ocasião da Cerimônia de Posse do Presidente Fernando Henrique Cardoso
- 1996: Em abril, realização de consultas bilaterais (em Brasília)

– Comércio bilateral:

- Principais produtos brasileiros exportados: açúcar de cana, em estado bruto e produtos de confeitoria; café solúvel; café não torrado, não descafeinado; farelo de soja; hematita fino; cabos de acetato de celulose; fumo destalado; caldeiras, máquinas, aparelhos e instrumentos mecânicos; minérios de chumbo; álcool etílico; carne de bovinos; couro; chapas e folhas de borracha; aparelhos elétricos de uso doméstico; pedras preciosas, em estado bruto ou semi-trabalhadas.
- Principais produtos importados pelo Brasil: adubos ou fertilizantes; óleo diesel; produtos químicos inorgânicos; chumbo refinado; zinco eletrolítico; peles, exceto peleteria, e couros; produtos químicos orgânicos; utilitários para cozinhas e banheiros; sistema de irrigação; unidades de discos magnéticos.

1995:

Total: US\$63.771.681
Exportações: US\$40.011.197
Importações: US\$23.760.484

1996:

Total: US\$48.373.587
Exportações: US\$29.800.321
Importações: US\$18.573.266

1997 (janeiro/agosto):

Total: US\$31.843.089
Exportações: US\$19.873.281
Importações: US\$11.969.808

(À Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional.)

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Melo) – O expediente lido vai à publicação.

Há oradores inscritos.

Concedo a palavra à nobre Senadora Marina Silva. (Pausa.)

Concedo a palavra ao nobre Senador Lúcio Alcântara. (Pausa.)

Concedo a palavra ao nobre Senador Jefferson Péres.

O SR. JEFFERSON PÉRES (PSDB-AM) – Sr. Presidente, a audiência vale pela qualidade; mas, pela quantidade, não me estimula. Desisto.

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Melo) – S. Ex^a declina.

Consulto se algum dos Srs. Senadores presentes deseja fazer uso da palavra. (Pausa.)

Como nenhum dos Srs. Senadores deseja manifestar-se ou ocupar a tribuna, declaro encerrada a sessão.

O SR. RAMEZ TEBET (PMDB-MS) – Não! Se for possível, Sr. Presidente, gostaria de fazer uso da palavra.

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Melo) – Embora tenha declarado encerrada a sessão, Senador Ramez Tebet, dou-lhe as boas-vindas e concedo-lhe a palavra.

O SR. RAMEZ TEBET (PMDB-MS) – Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Agradeço, Sr. Presidente, mas agradeço mesmo o fato de V. Ex^a estar hoje ocupando a Presidência da Casa e haver-me permitido ocupar esta tribuna. Digo isso porque estava ansioso. Um infausto acontecimento retirou do nosso convívio o Senador Onofre Quinan, meu companheiro, vizinho de gabinete. Foi uma perda que todos lamentamos profundamente, que comoveu esta Casa e fez com que os trabalhos que teríamos que realizar na quarta-feira fossem transferidos para a sessão de ontem, quinta-feira.

Essa transferência impediu que eu atendesse ao convite do Governador Mário Covas para comparecer ontem à confluência dos Estados de Mato Grosso do Sul e de São Paulo, onde aqueles Estados e o Brasil comemoraram um evento de extraordinária importância econômica para o País: a Eclusa de Jupiá, no rio Paraná, que foi saudada por quase uma centena de Prefeitos da região noroeste de São Paulo e por grande parte dos Prefeitos do Estado de Mato Grosso do Sul. Realmente, essa obra, ontem inaugurada oficialmente com a presença dos Governadores de São Paulo e de Mato Grosso do Sul, veio a se constituir na porta de esperança da redenção econômica de toda aquela região.

Foi um acontecimento importantíssimo, Sr. Presidente, Srs. Senadores, porque, com a eclusa em operação, o rio Paraná torna-se navegável do Centro-Oeste do Brasil até Buenos Aires. São cerca de 2.400 quilômetros de navegação fluvial. Estudos da CESP indicam que até o ano 2.010 pelo menos 30% da carga transportada entre os países do Mercosul terão condições de utilizar a Bacia Hidrográfica do Tietê-Paraná.

As hidrovias, todos sabemos, são o trajeto mais curto para transformar o Centro-Oeste brasileiro no equivalente ao meio-oeste americano: uma região rica graças à produção de grãos, especialmente soja. A principal via de transporte de grãos dos Estados Unidos é a Hidrovia do rio Mississipi, que escoa grande parte da produção do meio-oeste.

Ressalto que custa US\$110 a tonelada transportada de Campinas (SP) a Buenos Aires e US\$60, se transportada por via fluvial. Isso significa uma redução de 45%. Atualmente, é de 5 milhões de toneladas o volume total de cargas transportadas anualmente por meio da Hidrovia Tietê-Paraná. A previsão é de que até o ano 2.010 esse valor atinja 20 milhões de toneladas anuais.

Técnicos e empresários concordam que o melhor e mais barato caminho para a agricultura brasileira é o das águas. O Brasil tem 25 mil quilômetros de rios navegáveis, o que equivale à metade da extensão da rede rodoviária federal. Nos Estados Unidos, o maior produtor mundial de soja, 70% da produção são transportados nos rios. No Brasil, atualmente, só 2% são transportados pela navegação fluvial.

No caso do Centro-Oeste brasileiro, são várias as opções hidroviárias: Araguaia-Tocantins, ao norte; rio Madeira, no noroeste; rio São Francisco, ao leste, e a Hidrovia Tietê-Paraná, ao sul. No meio de todo esse complexo hidroviário, vastas áreas de cerrado, com clima e topografia mais do que adequados à produção de grãos.

O frete de Três Lagoas, minha cidade natal, até os países do Mercosul pode ficar mais barato, com redução de 40 a 50%.

Sr. Presidente, Srs. Senadores, o fato é por demais auspicioso, e tinha que ser saudado e comemorado, como o foi ontem, numa festa extraordinária. Lamentei profundamente não estar presente, preso aqui aos trabalhos da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, que analisava o projeto de reforma administrativa, mas o meu coração estava lá, na barranca do rio Paraná, porque sentia que se estava concretizando um sonho mais do que secular.

Essa obra já fora prevista por Euclides da Cunha em *Os Sertões*. O escritor previa a construção

do conjunto hidrelétrico das Usinas de Jupiá e Ilha Solteira, que proporcionam ao País 4,6 milhões de quilowatts e também a navegabilidade dos rios Paraná e Tietê.

Recém-formado, chegando ao meu torrão natal, a cidade de Três Lagoas, tive oportunidade não só de acompanhar os primeiros passos da construção do conjunto hidrelétrico de Jupiá e Ilha Solteira, mas também de ali trabalhar, acompanhando o sonho de milhares de trabalhadores brasileiros, provenientes dos quatro quadrantes da Pátria. Eram quase 10 mil funcionários no ápice da construção das Usinas de Jupiá e Ilha Solteira, e ali então já se desenvolviam os primeiros estudos para a construção da Eclusa de Jupiá, que ontem se inaugurou.

Sr. Presidente, Srs. e Srs. Senadores, a minha presença nesta tribuna se justifica também porque, se Euclides da Cunha sonhou muito antes, politicamente, quem deu o primeiro passo, quem enviou os primeiros esforços, quem foi a São Paulo conversar com o Governador Lucas Nogueira Garcez foi o Governador do então Estado de Mato Grosso, Fernando Correia da Costa. Fernando Correia da Costa teve essa visão, compareceu e entabulou negociações com o Governo de São Paulo de então. E ali foi resolvido que deveria ser construído o conjunto hidrelétrico de Urubupungá, que é composto pelas Usinas de Jupiá e Ilha Solteira.

Sr. Presidente, ao longo de toda a minha carreira, residente em Três Lagoas, trabalhei como advogado da então Celusa, depois Centrais Elétricas de São Paulo. Nessa minha manifestação, onde há um misto de saudade e de emoção pela concretização da obra, recordo-me como é a vida. Outro dia, encontrei-me nos corredores do Congresso Nacional com o Deputado Federal Hélio Bicudo, do Partido dos Trabalhadores, e, como outras vezes, não me contive: lembrei a S. Ex^a que no Governo de Carvalho Pinto, no Estado de São Paulo, eu fora advogado da Celusa quando ele a presidia. Tenho, pois, que ocupar esta tribuna para saudar não só a inauguração da obra, mas para render homenagens ao então Governador Fernando Correia da Costa e aos Governadores de São Paulo, a partir de Lucas Nogueira Garcez e todos eles: Adhemar de Barros, Carvalho Pinto, que acabo de citar, Laudo Natel, que transformou a Celusa em Cesp, e agora Mário Covas, em cuja gestão se concretiza esse grande empreendimento. Quero também parabenizar o Presidente Fernando Henrique Cardoso, porque essa é uma das principais obras, como Sua Excelência ressaltou, do Brasil em Ação, principalmente se considerarmos que o transporte de cargas em nosso País, infelizmente, até hoje, é realizado pelo sistema mais caro que existe no mundo: o rodoviário.

Sr. Presidente, quero também ressaltar a falência das ferrovias, inclusive na minha região, que abrange o rio Paraná, o Bolsão Sul-Mato-Grossense e na região limítrofe entre São Paulo e Mato Grosso do Sul. Mas há duas esperançosas ferrovias – falo no transporte intermodal que vai fazer com que essa região seja realmente emergente e uma das mais promissoras do Brasil. Ali está prestes a se concluir a construção da Feronorte, uma feliz conjugação entre os esforços da iniciativa privada e o Poder Público. Esta obra foi iniciada pelo dinamismo do empresário brasileiro Olacyr de Moraes, com recursos do BNDES. A construção da ponte sobre o rio, eu tive a oportunidade de acompanhar. Quero aqui dizer que, recentemente, fui o primeiro homem público a percorrer essa rodovia. E é através dessa ponte, que cruza o rio Paraná, ligando Rubinéia, em São Paulo, a Aparecida do Taboado, em MS, que faz com que os trilhos da Feronorte, saindo do Alto Araguaia, se unam à FEPASA, levando os produtos agricultáveis e outros tipos de mercadoria até os Portos de Paranaguá e Santos.

A Estrada de Ferro Noroeste do Brasil, da Rede Ferroviária Federal, que recentemente foi privatizada, está engatinhando. Não estamos vendo, ainda, os frutos dessa privatização; não estamos vendo quase nada de positivo. Mas haveremos de cobrar, pois ainda temos esperança de que a NOVOESTE, a empresa concessionária, coloque os trens da Noroeste do Brasil nos trilhos, para que ela possa voltar a cumprir a missão que antes cumprira, qual seja, a de desbravadora do desenvolvimento dos Estados de São Paulo e Mato Grosso do Sul.

Teremos, então, naquela região, a navegabilidade dos rios Paraná e Tietê, que já está definitivamente concretizada. Ontem, como disse, tomei conhecimento, através dos meus companheiros, de que aconteceu uma festa maravilhosa. Estavam em júbilo todos os Prefeitos daquela região, desde Piracicaba, Sorocaba, Araçatuba, Birigüi e os Municípios do Estado de Mato Grosso do Sul, como Paranaíba, Aparecida do Taboado, Três Lagoas, enfim, estavam todos lá, transformando e mostrando a esperança que temos de que esse transporte intermodal possa, realmente, alavancar o progresso e o desenvolvimento daquela região e trazer melhor qualidade de vida ao povo brasileiro.

O Sr. Leonel Palva (PFL-DF) – Permite-me V. Ex^a um aparte?

O SR. RAMEZ TEBET (PMDB-MS) – Ouço o aparte de V. Ex^a, nobre Senador Leonel Palva.

O Sr. Leonel Palva (PFL-DF) – Nobre Senador Ramez Tebet, o meu aparte é para corroborar com

tudo que já foi dito por V. Ex^a e para reforçar a idéia de que os grandes estadistas pensam muito mais no futuro do que na próxima eleição. Este foi o caso dos ex-Governadores Fernando Correia da Costa e Lucas Nogueira Garcez, que se reuniram para provocar este assunto de tamanha importância para o Brasil inteiro e que extrapola, evidentemente, as questões econômicas dos três Estados: São Paulo, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul. O Complexo Urubupungá, com esta última obra da eclusa, propicia-nos antever que, numa integração do transporte rodoviário com o fluvial, teremos condições de escoar a produção não só das regiões citadas por V. Ex^a, mas também do Triângulo Mineiro, no Estado de Minas Gerais, porque esse complexo fica muito próximo do Pontal do Triângulo, também uma região muito produtiva, conforme citou V. Ex^a, dotada de excelentes cerrados. Sabemos que os cerrados compõem um clima muito favorável, uma luminosidade perfeita para a produção de grãos. Gostaria de ter estado presente na inauguração da Eclusa de Jupiá, pois recebi o convite, mas compartilho com V. Ex^a o entusiasmo pela grandeza da obra e pela importância do acontecimento. A lembrança de V. Ex^a de que essa inauguração se dá na gestão do Governador Mário Covas e do Presidente Fernando Henrique Cardoso engrandece a aliança que temos com o Governo Federal, aliança da qual participo por acreditar que é a grande solução para o País, nesse momento, e para o futuro. Muito obrigado.

O SR. RAMEZ TEBET (PMDB-MS) — Agradeço o aparte de V. Ex^a, que, a par de enriquecer o meu pronunciamento, lembra muito bem que o Estado de Minas Gerais também será beneficiado. Não só o Estado de Minas Gerais como também o Estado de Goiás será beneficiado com a naveabilidade dos rios Tietê e Paraná.

Sr. Presidente, Srs. e Srs. Senadores, há poucos meses, ocupei esta tribuna por duas vezes, reclamando de São Paulo providências para os prejuízos que Mato Grosso do Sul está sofrendo com a construção da Hidrelétrica do Porto Primavera. Duzentos mil hectares do Estado de Mato Grosso do Sul seriam inundados pela Usina do Porto Primavera sem que houvesse qualquer compensação ao nosso Estado. Fiz aqui dois veementes pronunciamentos e, agora, como essa obra foi capitaneada pelas Centrais Elétricas de São Paulo, tendo à frente o seu Presidente Andrea Matarazzo, não posso deixar, nesta oportunidade em que faço a saudação da Eclusa de Jupiá, da naveabilidade dos rios Paraná e Tietê, da importância do transporte intermodal, de

registrar, nesta Casa, que encontrei por parte do Presidente da Cesp sensibilidade para a solução dos problemas do meu Estado. Porque S. Ex^a, o Presidente das Centrais Elétricas de São Paulo, tem conversado com os Prefeitos e as Lideranças de todos os Municípios Sul-Mato-Grossenses que serão afetados logo que a Usina do Porto Primavera começar a funcionar. Com os problemas sendo equacionados, estradas serão construídas pelas Centrais Elétricas de São Paulo. Recentemente, tive o compromisso do Presidente da Cesp, Andrea Matarazzo, de que entre os Municípios de Bataguassu e Santa Rita do Pardo, em cerca de 70 km, a CESP iria providenciar, as suas expensas, a pavimentação daquela rodovia.

No território Sul-Mato-Grossense, que será inundado, os ceramistas, que perderão o seu ganho do dia-a-dia, serão compensados com obras que vão garantir a sua produção por algum tempo. Enfim, são vários municípios que já estão em pleno entendimento com a CESP, que têm o compromisso com as Centrais Elétricas de São Paulo. Assim é que Anaurilândia, Bataguassu, Brazilândia, Três Lagoas, Santa Rita do Pardo e outros Municípios já têm o compromisso de que muitas obras serão ali realizadas para minimizar a perda que o Estado de Mato Grosso do Sul sofrerá.

Enfim, Sr. Presidente, não quero me alongar, pois o assunto é por demais importante. A generosidade de V. Ex^a foi suficiente para permitir que eu não passasse o fim de semana sem extravasar este meu contentamento e esta minha emoção por ver concretizada a mais importante obra da minha região.

Esse é o sonho de um moço, Sr. Presidente, uma vez que eu chegava ali, recém-formado, nos fins de 1960, e via os trabalhadores do Brasil inteiro envolvidos na construção da Usina Hidrelétrica de Jupiá. Fui convocado pela então Celusa, pela principal empreiteira da obra, a Camargo Corrêa. Prestei ali meus serviços profissionais, acompanhei parcialmente os movimentos que ali se realizavam, inclusive os movimentos sociais. Nunca deixei de lutar, nunca a minha Três Lagoas, nunca as cidades vizinhas deixaram de lutar para que essas obras se concretizassem.

Sr. Presidente, Srs. e Srs. Senadores, uma vez que fiquei privado de comparecer na quinta-feira, no dia de ontem, àquela inauguração, pedi a palavra para expressar, desta tribuna do Senado, para que conste dos Anais desta Casa, o meu contentamento e o registro não só da inauguração daquela obra, mas o meu preito de gratidão à memória da

queles que foram os pioneiros, como Fernando Correia da Costa, então Governador de Mato Grosso; Lucas Nogueira Garcez e os Governadores que os sucederam até que a obra pudesse ser concretizada. Isso serve de exemplo para mostrar que vale a pena acalentar um sonho, e que quando ele é um sonho de ideal, um dia ele acaba se realizando, como se realizou, ontem, com a inauguração da Eclusa de Jupiá.

O Sr. Bernardo Cabral (PFL-AM) – Permite-me V. Ex^a um aparte?

O SR. RAMEZ TEBET (PMDB-MS) – Senador Bernardo Cabral, a palavra está com V. Ex^a, com muita honra para mim.

O Sr. Bernardo Cabral (PFL-AM) – V. Ex^a perdoe-me interrompê-lo, mas a generosidade do Senador Geraldo Melo, que preside esta sessão, não é somente para com V. Ex^a, é também para comigo, uma vez que o tempo de V. Ex^a já está ultrapassado, mas nem assim eu também me vejo privado de levar uma palavra a quem canta, com tanto louvor, a sua terra de Três Lagoas. Interrompo-o, Senador Ramez Tebet, porque assisti, ontem, V. Ex^a dividido entre o coração e a razão. Como Vice-Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, ali se encontrava V. Ex^a defendendo a estabilidade dos funcionários públicos, levando as suas achegas, durante a discussão que ali se travou, à audiência do Ministro Bresser Pereira, com a razão presente, mas o coração lá – lá na terra onde V. Ex^a não só nasceu, mas começou dando os primeiros passos na advocacia. E aí é que está a grande coincidência que me levou a interrompê-lo: Mário Covas, Governador de São Paulo, Wilson Barbosa Martins, Governador de Mato Grosso do Sul, e eu éramos três Deputados Federais que fomos cassados e tivemos os dez anos de direitos políticos suspensos. Mário Covas, antes de nós dois; mas Wilson Barbosa Martins e eu, no mesmo dia. E qual é a coincidência? Hoje, os dois estão à frente dos seus respectivos Estados e, ontem, inauguraram o que V. Ex^a bem disse, a grande Usina Hidrelétrica de Jupiá. Se os dois formaram essa grande coincidência, não é menor a que há entre mim e V. Ex^a, quando tempos atrás, na OAB de Mato Grosso do Sul, e eu, na OAB nacional, e hoje aqui, no Senado. Não ficaria bem, não ficaria em paz com a minha consciência se não levasse ao povo de sua terra o testemunho da sua atuação, ontem, na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, com o coração lá na sua terra e a razão aqui, defendendo o povo brasileiro. Meus cumprimentos, Senador Ramez Tebet.

O SR. RAMEZ TEBET (PMDB-MS) – Muito obrigado, Senador Bernardo Cabral. Tenho certeza de que o povo da minha terra estará mais feliz por ouvir o aparte que V. Ex^a me concede do que as minhas próprias palavras. V. Ex^a, pelo seu passado, pelos serviços prestados à Nação brasileira, como representante do Estado do Amazonas, ultrapassou essa fase. V. Ex^a, posso dizer, não representa só o Estado do Amazonas; V. Ex^a fala pelo Brasil inteiro, através da sua cultura, dos serviços prestados, quer como Presidente da OAB, quer como Relator da Constituinte, enfim, pela sua própria vida; eu aqui, ainda falando por Mato Grosso do Sul, isso já me satisfaz. Se Deus continuar me dando essa graça... E já me deu muito! Não preciso ser outra voz que não a voz de Mato Grosso do Sul para ser um homem feliz. Acredito firmemente que precisamos mesmo interiorizar o Brasil e que o Centro-Oeste, no meu entendimento, constituirá, sem dúvida nenhuma, a solução para os problemas do nosso País.

Agradeço a atenção que todos me dispensaram. E, Sr. Presidente, a V. Ex^a um agradecimento todo especial.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Melo) – O Senhor Presidente da República enviou ao Congresso Nacional a Medida Provisória nº 1.531-14, adotada em 8 de janeiro de 1998 e publicada no dia 9 do mesmo mês e ano, que "Altera dispositivos das Leis nºs 8.666, de 21 de junho de 1993, 8.987, de 13 de fevereiro de 1995, 9.074, de 7 de julho de 1995, 9.427, de 26 de dezembro de 1996, autoriza o Poder Executivo a promover a reestruturação da Centrais Elétricas Brasileiras S.A. – ELETROBRÁS e de suas subsidiárias, e dá outras providências".

De acordo com as indicações das lideranças, e nos termos dos §§ 4º e 5º do art. 2º da Resolução nº 1/89-CN, fica assim constituída a Comissão Mista incumbida de emitir parecer sobre a matéria:

SENADORES

Titulares

Edison Lobão
Romero Jucá

Suplentes

PFL

Freitas Neto
Joel de Hollanda

PMDB

Jader Barbalho
Nabor Júnior

Gerson Carnata
Carlos Bezerra

PSDB

José Serra

Sérgio Machado

Bloco Oposição (PT/PDT/PSB/PPS)		PMDB	
José Eduardo Dutra	Sebastião Rocha	Jader Barbalho	Gerson Camata
PTB	Nabor Júnior	Nabor Júnior	Carlos Bezerra
Regina Assumpção		PSDB	
DEPUTADOS	Odacir Soares	Jefferson Peres	Osmar Dias
Titulares		Bloco Oposição (PT/PDT/PSB/PPS)	
PFL	Suplentes	José Eduardo Dutra	Sebastião Rocha
José Carlos Aleluia	Raul Belém	PPB	
Paulo Bornhausen	Osvaldo Coelho	Epitácio Cafeteira	Leomar Quintanilha
Bloco (PMDB/PSD/PRONA)		DEPUTADOS	
Luis Roberto Ponte	Ricardo Rique	Titulares	Suplentes
Paulo Lustosa	Djalma de Almeida Cesar	PFL	
PSDB		Luiz Durão	Magno Bacelar
Aécio Neves	Amaldo Madeira	Saulo Queiroz	Mussa Demes
Bloco (PT/PDT/PCdoB)		Bloco (PMDB/PSD/PRONA)	
José Machado	Alcides Modesto	Edison Andriño	João Magalhães
PPB		Confúcio Moura	Wilson Cignachi
Felipe Mendes	PSTU	PSDB	
Lindberg Farias		Aécio Neves	Amaldo Madeira
De acordo com a Resolução nº 1, de 1989-CN, fica estabelecido o seguinte calendário para a tramitação da matéria:			
Dia 16-1-98 – designação da Comissão Mista			
Dia 19-1-98 – instalação da Comissão Mista			
Até 14-1-98 – prazo para recebimento de emendas e para a Comissão Mista emitir o parecer sobre a admissibilidade			
Até 23-1-98 – prazo final da Comissão Mista			
Até 7-2-98 – prazo no Congresso Nacional			
O SR. PRESIDENTE (Geraldo Melo) – O Senhor Presidente da República enviou ao Congresso Nacional a Medida Provisória nº 1.569-10, adotada em 8 de janeiro de 1998 e publicada no dia 9 do mesmo mês e ano, que "Estabelece multa em operações de importação e dá outras providências".			
De acordo com as indicações das lideranças, e nos termos dos §§ 4º e 5º do art. 2º da Resolução nº 1/89-CN, fica assim constituída a Comissão Mista incumbida de emitir parecer sobre a matéria:			
SENADORES			
Titulares		Suplentes	
PFL			
Hugo Napoleão	Francelino Pereira		
Edison Lobão	Gilberto Miranda		
De acordo com a Resolução nº 1, de 1989-CN, fica estabelecido o seguinte calendário para a tramitação da matéria:			
Dia 16-1-98 – designação da Comissão Mista			
Dia 19-1-98 – instalação da Comissão Mista			
Até 14-1-98 – prazo para recebimento de emendas e para a Comissão Mista emitir o parecer sobre a admissibilidade			
Até 23-1-98 – prazo final da Comissão Mista			
Até 7-2-98 – prazo no Congresso Nacional			
O SR. PRESIDENTE (Geraldo Melo) – O Senhor Presidente da República enviou ao Congresso Nacional a Medida Provisória nº 1.579-16, adotada em 8 de janeiro de 1998 e publicada no dia 9 do mesmo mês e ano, que "Altera a redação dos arts. 14, 18, 34, 44 e 49 da Lei nº 9.082, de 25 de julho de 1995, dos arts. 18, 19, 34, 35 e § 4º do art. 53 da Lei nº 9.293, de 15 de julho de 1996, que dispõem, respectivamente, sobre as diretrizes para a elab-			

boração da lei orçamentária para os exercícios de 1996 e 1997".

De acordo com as indicações das lideranças, e nos termos dos §§ 4º e 5º do art. 2º da Resolução nº 1/89-CN, fica assim constituída a Comissão Mista incumbida de emitir parecer sobre a matéria:

SENADORES

Titulares	Suplentes
	PFL
Júlio Campos	Waldeck Omelas
Romero Jucá	Jonas Pinheiro
	PMDB
Jader Barbalho	Gerson Camata
Nabor Júnior	Carlos Bezerra
	PSDB
Beni Veras	Coutinho Jorge
	Bloco Oposição (PT/PDT/PSB/PPS)
José Eduardo Dutra	Sebastião Rocha
	PTB
Odacir Soares	Regina Assumpção

DEPUTADOS

Titulares	Suplentes
	PFL
Samey Filho	Mussa Demes
Raul Belém	Laura Carneiro
	Bloco (PMDB/PSD/PRONA)
Odacir Klein	Barbosa Neto
Hélio Rosas	Silas Brasileiro
	PSDB
Aécio Neves	Amaldo Madeira
	Bloco (PT/PDT/)
José Machado	Alcides Modesto
	PPB
Márcio Reinaldo Moreira	
	PSB
Alexandre Cardoso	

De acordo com a Resolução nº 1, de 1989-CN, fica estabelecido o seguinte calendário para a tramitação da matéria:

- Dia 16-1-98 – designação da Comissão Mista
 Dia 19-1-98 – instalação da Comissão Mista

Até 14-1-98 – prazo para recebimento de emendas e para a Comissão Mista emitir o parecer sobre a admissibilidade

Até 23-1-98 – prazo final da Comissão Mista

Até 7-2-98 – prazo no Congresso Nacional

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Melo) – O Senhor Presidente da República enviou ao Congresso Nacional a Medida Provisória nº 1.580-6, adotada em 8 de janeiro de 1998 e publicada no dia 9 do mesmo mês e ano, que "Autoriza a Centrais Elétricas Brasileiras S.A. – ELETROBRÁS e a União a adquirirem ações da Companhia Energética de Alagoas – CEAL, da Companhia Energética do Piauí – CEPI-SA, da Centrais Elétricas de Rondônia S.A. – CERON e da Companhia de Eletricidade do Acre – ELETROACRE, para efeito de inclusão dessas empresas no Programa Nacional de Desestatização – PND, bem como o aumento do capital social das Companhias Docas do Rio de Janeiro – CDRJ e Docas do Estado de São Paulo – CODESP, e dá outras providências".

De acordo com as indicações das lideranças, e nos termos dos §§ 4º e 5º do art. 2º da Resolução nº 1/89-CN, fica assim constituída a Comissão Mista incumbida de emitir parecer sobre a matéria:

SENADORES

Titulares	Suplentes
	PFL
Hugo Napoleão	Francelino Pereira
Edison Lobão	Gilberto Miranda
	PMDB

Jader Barbalho	Gerson Camata
Nabor Júnior	Carlos Bezerra
	PSDB
Teotonio Vilela Filho	Coutinho Jorge
	Bloco Oposição (PT/PDT/PSB/PPS)

José Eduardo Dutra	Sebastião Rocha
	PPB

Epitácio Cafeteira	Leomar Quintanilha
	DEPUTADOS

Titulares	Suplentes
	PFL

Benedito de Lira	Expedito Júnior
Paes Landim	Osmir Lima

Bloco (PMDB/PSD/PRONA)	
Oscar Goldoni	Dejandir Dal Pasquale
Simara Ellery	Ricardo Rique

PSDB

Aécio Neves
Bloco (PT/PDT/)

José Machado
PPB

Moacyr Andrade
PL

Eujálio Simões

De acordo com a Resolução nº 1, de 1989-CN, fica estabelecido o seguinte calendário para a tramitação da matéria:

Dia 16-1-98 – designação da Comissão Mista
Dia 19-1-98 – instalação da Comissão Mista

Até 14-1-98 – prazo para recebimento de emendas e para a Comissão Mista emitir o parecer sobre a admissibilidade

Até 23-1-98 – prazo final da Comissão Mista
Até 7-2-98 – prazo no Congresso Nacional

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Melo) – O Senhor Presidente da República enviou ao Congresso Nacional a Medida Provisória nº 1.587-5, adotada em 8 de janeiro de 1998 e publicada no dia 9 do mesmo mês e ano, que "Institui as Gratificações de Desempenho de Função Essencial à Justiça – GFJ, de Atividade de Informações Estratégicas – GDI, de Atividade Fundiária – GAF, e Provisória – GP e dá outras providências".

De acordo com as indicações das lideranças, e nos termos dos §§ 4º e 5º do art. 2º da Resolução nº 1/89-CN, fica assim constituída a Comissão Mista incumbida de emitir parecer sobre a matéria:

SENADORES

Titulares **Suplentes**

João Rocha
PFL

Jonas Pinheiro
PMDB

Jader Barbalho
Nabor Júnior
PSDB

José Ignácio Ferreira
Bloco Oposição (PT/PDT/PSB/PPS)

José Eduardo Dutra
PTB

Regina Assumpção
Odacir Soares

DEPUTADOS

Suplentes

PFL

Claúdio Cajado
José Santana de Vasconcellos
Marcos Vinicius de Campos
Mauro Fecury

Bloco (PMDB/PSD/PRONA)

Djalma de Almeida Cesar
Cleônâncio Fonseca
Sandro Mabel
Noel de Oliveira

PSDB

Aécio Neves
Amaldo Madeira
Bloco (PT/PDT/)

José Machado
Alcides Modesto
PPB

Fausto Martello

PPS

Sérgio Arouca

De acordo com a Resolução nº 1, de 1989-CN, fica estabelecido o seguinte calendário para a tramitação da matéria:

Dia 16-1-98 – designação da Comissão Mista
Dia 19-1-98 – instalação da Comissão Mista

Até 14-1-98 – prazo para recebimento de emendas e para a Comissão Mista emitir o parecer sobre a admissibilidade

Até 23-1-98 – prazo final da Comissão Mista
Até 7-2-98 – prazo no Congresso Nacional

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Melo) – O Senhor Presidente da República enviou ao Congresso Nacional a Medida Provisória nº 1.588-4, adotada em 8 de janeiro de 1998 e publicada no dia 9 do mesmo mês e ano, que "Cria carreiras no âmbito do Poder Executivo Federal, cria as Gratificações de Desempenho e Eficiência – GDE e de Desempenho de Atividade de Defesa Agropecuária – GDA e dá outras providências".

De acordo com as indicações das lideranças, e nos termos dos §§ 4º e 5º do art. 2º da Resolução nº 1/89-CN, fica assim constituída a Comissão Mista incumbida de emitir parecer sobre a matéria:

SENADORES

Suplentes

PFL

Hugo Napoleão
Edison Lobão
Francelino Pereira
Gilberto Miranda

PMDB

Jader Barbalho
Nabor Júnior
Gerson Carnata
Carlos Bezerra

PSDB		SENADORES	
Lúdio Coelho	Jefferson Peres	Titulares	Suplentes
Bloco Oposição (PT/PDT/PSB/PPS)		PFL	
José Eduardo Dutra	Sebastião Rocha	Edison Lobão	João Rocha
PPB		Élcio Alvares	Bello Parga
Epitácio Cafeteira	Leomar Quintanilha	PMDB	
DEPUTADOS		Jader Barbalho	Gerson Camata
Titulares		Nabor Júnior	Carlos Bezerra
Suplentes		PSDB	
PFL		Coutinho Jorge	José Ignácio Ferreira
Marilu Guimarães	Costa Ferreira	Bloco Oposição (PT/PDT/PSB/PPS)	
Luiz Durão	Carlos Alberto Campista	José Eduardo Dutra	Sebastião Rocha
Bloco (PMDB/PSD/PRONA)		PTB	
José Aldemir	Zaire Rezende	Odacir Soares	Regina Assumpção
Asdrúbal Bentes	Valdir Colatto	DEPUTADOS	
PSDB		Titulares	Suplentes
Aécio Neves	Arnaldo Madeira	PFL	
Bloco (PT/PDT/)		Luiz Durão	João Ribeiro
José Machado	Alcides Modesto	Lima Netto	Augusto Farias
PPB		Bloco (PMDB/PSD/PRONA)	
Wagner do Nascimento	PMN	Jorge Wilson	De Velasco
Bosco França		Mauro Lopes	João Magalhães
PSDB		Aécio Neves	Arnaldo Madeira
Bloco (PT/PDT/)		José Machado	Alcides Modesto
PPB		Francisco Silva	PV
Francisco Silva		Fernando Gabeira	
PV		De acordo com a Resolução nº 1, de 1989-CN, fica estabelecido o seguinte calendário para a tramitação da matéria:	
De acordo com a Resolução nº 1, de 1989-CN, fica estabelecido o seguinte calendário para a tramitação da matéria:		Dia 16-1-98 – designação da Comissão Mista	
Dia 19-1-98 – instalação da Comissão Mista		Dia 19-1-98 – instalação da Comissão Mista	
Até 14-1-98 – prazo para recebimento de emendas e para a Comissão Mista emitir o parecer sobre a admissibilidade		Até 14-1-98 – prazo para recebimento de emendas e para a Comissão Mista emitir o parecer sobre a admissibilidade	
Até 23-1-98 – prazo final da Comissão Mista		Dia 16-1-98 – designação da Comissão Mista	
Até 7-2-98 – prazo no Congresso Nacional		Dia 19-1-98 – instalação da Comissão Mista	
O SR. PRESIDENTE (Geraldo Melo) – O Senhor Presidente da República enviou ao Congresso Nacional a Medida Provisória nº 1.592-3, adotada em 8 de janeiro de 1998 e publicada no dia 9 do mesmo mês e ano, que "Extingue a Companhia de Navegação Lloyd Brasileiro – LLOYDBRAS e dá outras providências".		Até 14-1-98 – prazo para recebimento de emendas e para a Comissão Mista emitir o parecer sobre a admissibilidade	
De acordo com as indicações das lideranças, e nos termos dos §§ 4º e 5º do art. 2º da Resolução nº 1/89-CN, fica assim constituída a Comissão Mista incumbida de emitir parecer sobre a matéria:		Até 23-1-98 – prazo final da Comissão Mista	
		Até 7-2-98 – prazo no Congresso Nacional	
O SR. PRESIDENTE (Geraldo Melo) – O Senhor Presidente da República enviou ao Congresso			

Nacional a Medida Provisória nº 1.593-3, adotada em 8 de janeiro de 1998 e publicada no dia 9 do mesmo mês e ano, que "Isenta do Imposto de Importação e do Imposto sobre Produtos Industrializados partes e peças destinadas à industrialização de bens de informática a serem adquiridos pelo Tribunal Superior Eleitoral – TSE".

De acordo com as indicações das lideranças, e nos termos dos §§ 4º e 5º do art. 2º da Resolução nº 1/89-CN, fica assim constituída a Comissão Mista incumbida de emitir parecer sobre a matéria:

SENADORES

Titulares	Suplentes
	PFL
Vilson Kleinübing Waldeck Ornelas	José Alves José Bianco
	PMDB
Jader Barbalho Nabor Júnior	Gerson Camata Carlos Bezerra
	PSDB
Osmar Dias	Carlos Wilson
Bloco Oposição (PT/PDT/PSB/PPS)	
José Eduardo Dutra	Sebastião Rocha
	PPB
Epitácio Cafeteira	Leomar Quintanilha

DEPUTADOS

Titulares	Suplentes
	PFL
Antônio Jorge Marcos Vinicius Campos	Robson Tuma Augusto Farias
Bloco (PMDB/PSD/PRONA)	
Nair Xavier Lobo Neuto de Conto	José Chaves Edison Andriño
	PSDB
Aécio Neves	Amaldo Madeira
Bloco (PT/PDT/)	
José Machado	Alcides Modesto
	PPB
Jurandyr Paixão	
	PSTU
Lindberg Farias	

De acordo com a Resolução nº 1, de 1989-CN, fica estabelecido o seguinte calendário para a tramitação da matéria:

Dia 16-1-98 – designação da Comissão Mista
Dia 19-1-98 – instalação da Comissão Mista

Até 14-1-98 – prazo para recebimento de emendas e para a Comissão Mista emitir o parecer sobre a admissibilidade

Até 23-1-98 – prazo final da Comissão Mista
Até 7-2-98 – prazo no Congresso Nacional

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Melo) – O Senhor Presidente da República enviou ao Congresso Nacional a Medida Provisória nº 1.599-40, adotada em 8 de janeiro de 1998 e publicada no dia 9 do mesmo mês e ano, que "Dá nova redação a dispositivos da Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993, que dispõe sobre a organização da Assistência Social, e dá outras providências".

De acordo com as indicações das lideranças, e nos termos dos §§ 4º e 5º do art. 2º da Resolução nº 1/89-CN, fica assim constituída a Comissão Mista incumbida de emitir parecer sobre a matéria:

SENADORES

Titulares	Suplentes
	PFL
Hugo Napoleão Elcio Alvares	Edison Lobão Vilson Kleinübing
	PMDB
Jáder Barbalho Nabor Júnior	Gerson Camata Carlos Bezerra
	PSDB
Sérgio Machado José Eduardo Dutra	José Roberto Arruda Sebastião Rocha
	PTB
Regina Assumpção	Odacir Soares

DEPUTADOS

Titulares	Suplentes
	PFL
José Lourenço Arlindo Vargas	Alexandre Ceranto Rogério Silva
	Bloco (PMDB/PSD/PRONA)
Saraiva Felipe Confúcio Moura	Nelson Harter Filho Silas Brasileiro
	PSDB
Aécio Neves	Amaldo Madeira
	Bloco (PT/PDT/)
José Machado	Alcides Modesto

PPB

Jofran Frejat

PTB

Paulo Heslander

De acordo com a Resolução nº 1, de 1989-CN, fica estabelecido o seguinte calendário para a tramitação da matéria:

Dia 16-1-98 – designação da Comissão Mista

Dia 19-1-98 – instalação da Comissão Mista

Até 14-1-98 – prazo para recebimento de emendas e para a Comissão Mista emitir o parecer sobre a admissibilidade

Até 23-1-98 – prazo final da Comissão Mista

Até 7-2-98 – prazo no Congresso Nacional

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Melo) – O Senhor Presidente da República enviou ao Congresso Nacional a Medida Provisória nº 1.604-28, adotada em 8 de janeiro de 1998 e publicada no dia 9 do mesmo mês e ano, que "Dispõe sobre medidas de fortalecimento do Sistema Financeiro Nacional e dá outras providências".

De acordo com as indicações das lideranças, e nos termos dos §§ 4º e 5º do art. 2º da Resolução nº 1/89-CN, fica assim constituída a Comissão Mista incumbida de emitir parecer sobre a matéria:

SENADORES

Titulares

PFL

Bello Parga
Francelino Pereira

Suplentes

Freitas Neto
Romero Jucá

Jader Barbalho
Nabor Júnior

PMDB

Gerson Camata
Carlos Bezerra

Beni Veras

PSDB

Jefferson Peres

Bloco Oposição (PT/PDT/PSB/PPS)

José Eduardo Dutra

PPB

Sebastião Rocha

Epitácio Cafeteira

Leomar Quintanilha

DEPUTADOS

Titulares

PFL

Manoel Castro
Luciano Pizzatto

Suplentes

Raimundo Santos
Ciro Nogueira

Bloco (PMDB/PSD/PRONA)

Gonzaga Mota
Luís Roberto Ponte

Edinho Bez
Hermes Parcianello

PSDB

Aécio Neves

Arnaldo Madeira

Bloco (PT/PDT/)

José Machado

Alcides Modesto

PPB

João Pizzolatti

PSB

Alexandre Cardoso

De acordo com a Resolução nº 1, de 1989-CN, fica estabelecido o seguinte calendário para a tramitação da matéria:

Dia 16-1-98 – designação da Comissão Mista

Dia 19-1-98 – instalação da Comissão Mista

Até 14-1-98 – prazo para recebimento de emendas e para a Comissão Mista emitir o parecer sobre a admissibilidade

Até 23-1-98 – prazo final da Comissão Mista

Até 7-2-98 – prazo no Congresso Nacional

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Melo) – O Senhor Presidente da República enviou ao Congresso Nacional a Medida Provisória nº 1.605-19, adotada em 8 de janeiro de 1998 e publicada no dia 9 do mesmo mês e ano, que "Dá nova redação ao art. 44 da Lei nº 4.771, de 15 de setembro de 1965, e dispõe sobre a proibição do incremento da conversão de áreas florestais em áreas agrícolas na região Norte e na parte Norte da região Centro-Oeste, e dá outras providências".

De acordo com as indicações das lideranças, e nos termos dos §§ 4º e 5º do art. 2º da Resolução nº 1/89-CN, fica assim constituída a Comissão Mista incumbida de emitir parecer sobre a matéria:

SENADORES

Titulares

Suplentes

PFL

Bernardo Cabral
Júlio Campos

Romero Jucá
Jonas Pinheiro

PMDB

Jader Barbalho
Nabor Júnior

Gerson Camata
Carlos Bezerra

PSDB

Lúdio Coelho

Jefferson Peres

Bloco Oposição (PT/PDT/PSB/PPS)

José Eduardo Dutra

Sebastião Rocha

PTB

Odacir Soares

Regina Assumpção

DEPUTADOS		PPB			
Titulares	Suplentes	Epitácio Cafeteira	Leomar Quintanilha		
Rogério Silva Osmir Lima	PFL Murilo Pinheiro Luciano Pizzatto Bloco (PMDB/PSD/PRONA)	DEPUTADOS	Leomar Quintanilha		
João Thomé Mestrinho Mário Martins	PSDB José Prianti Confúcio Moura	Titulares	Suplentes		
Aécio Neves	Bloco (PT/PDT) Alcides Modesto	PFL Vanessa Felippe Magno Bacelar	Raimundo Santos Silvermani Santos		
José Machado	PPB PL	Bloco (PMDB/PSD/PRONA)	Neuto de Conto José Aldemir		
João Tota		Roberto Valadão Teté Bezerra	PSDB		
Remi Trinta		Aécio Neves	Arnaldo Madeira		
De acordo com a Resolução nº 1, de 1989-CN, fica estabelecido o seguinte calendário para a tramitação da matéria:		Bloco (PT/PDT)			
Dia 16-1-98 – designação da Comissão Mista		José Machado			
Dia 19-1-98 – instalação da Comissão Mista		Alcides Modesto			
Até 14-1-98 – prazo para recebimento de emendas e para a Comissão Mista emitir o parecer sobre a admissibilidade		PPB			
Até 23-1-98 – prazo final da Comissão Mista		Gerson Peres			
Até 7-2-98 – prazo no Congresso Nacional		PPS			
O SR. PRESIDENTE (Geraldo Melo) – O Senhor Presidente da República enviou ao Congresso Nacional a Medida Provisória nº 1.606-16, adotada em 8 de janeiro de 1998 e publicada no dia 9 do mesmo mês e ano, que "Dispõe sobre a extinção de cargos no âmbito da Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional, e dá outras providências".					
De acordo com as indicações das lideranças, e nos termos dos §§ 4º e 5º do art. 2º da Resolução nº 1/89-CN, fica assim constituída a Comissão Mista incumbida de emitir parecer sobre a matéria:					
SENADORES					
Titulares	Suplentes	Titulares	Suplentes		
José Bianco Freitas Neto	PFL José Agripino Bernardo Cabral	Epitácio Cafeteira	Leomar Quintanilha		
Jader Barbalho Nabor Júnior	PMDB Gerson Camata Carlos Bezerra	DEPUTADOS	Leomar Quintanilha		
Carlos Wilson	PSDB José Ignácio Ferreira	Titulares	Suplentes		
Bloco Oposição (PT/PDT/PSB/PPS)		PFL Waldeck Ornelas	Leomar Quintanilha		
José Eduardo Dutra	Sebastião Rocha	Francelino Pereira	José Bianco Romero Jucá		

PMDB		De acordo com as indicações das lideranças, e nos termos dos §§ 4º e 5º do art. 2º da Resolução nº 1/89-CN, fica assim constituída a Comissão Mista incumbida de emitir parecer sobre a matéria:	
Jader Barbalho	Gerson Camata		
Nabor Júnior	Carlos Bezerra		
PSDB		SENADORES	
Artur da Távola	Coutinho Jorge	Titulares	Suplentes
Bloco Oposição (PT/PDT/PSB/PPS)		PFL	
José Eduardo Dutra	Sebastião Rocha	Freitas Neto	Romero Jucá
PTB		Edison Lobão	Júlio Campos
Regina Assumpção	Odacir Soares	PMDB	
DEPUTADOS		Jader Barbalho	Gerson Camata
Titulares	Suplentes	Nabor Júnior	Carlos Bezerra
PFL		PSDB	
Paes Landim	Aldir Cabral	Lúdio Coelho	Carlos Wilson
Elton Ronhelt	Jairo Carneiro	Bloco Oposição (PT/PDT/PSB/PPS)	
Bloco (PMDB/PSD/PRONA)		José Eduardo Dutra	Sebastião Rocha
Maurício Requião	Zé Gomes da Rocha	PPB	
Djalma de Almeida Cesar	Darcísio Perondi	Epitácio Cafeteira	Leomar Quintanilha
PSDB		DEPUTADOS	
Aécio Neves	Arnaldo Madeira	Titulares	Suplentes
Bloco (PT/PDT/)		PFL	
José Machado	Alcides Modesto	José Carlos Vieira	Sérgio Barcellos
PPB		Ursicino Queiroz	Rogério Silva
Augusto Nardés	PMN	Bloco (PMDB/PSD/PRONA)	
Bosco França		José Luiz Clerot	Regina Lino
De acordo com a Resolução nº 1, de 1989-CN, fica estabelecido o seguinte calendário para a tramitação da matéria:		Roberto Valadão	Neuto de Conto
Dia 16-1-98 – designação da Comissão Mista		PSDB	
Dia 19-1-98 – instalação da Comissão Mista		Aécio Neves	Arnaldo Madeira
Até 14-1-98 – prazo para recebimento de emendas e para a Comissão Mista emitir o parecer sobre a admissibilidade		José Machado	Bloco (PT/PDT/)
Até 23-1-98 – prazo final da Comissão Mista		PPB	Alcides Modesto
Até 7-2-98 – prazo no Congresso Nacional		Luiz Fernando	PV
O SR. PRESIDENTE (Geraldo Melo) – O Senhor Presidente da República enviou ao Congresso Nacional a Medida Provisória nº 1.608-10, adotada em 8 de janeiro de 1998 e publicada no dia 9 do mesmo mês e ano, que "Dispõe sobre amortização e parcelamento de dívidas oriundas de contribuições sociais e outras importâncias devidas ao Instituto Nacional do Seguro Social – INSS, e dá outras providências".		Fernando Gabeira	
De acordo com a Resolução nº 1, de 1989-CN, fica estabelecido o seguinte calendário para a tramitação da matéria:		De acordo com a Resolução nº 1, de 1989-CN, fica estabelecido o seguinte calendário para a tramitação da matéria:	
Dia 16-1-98 – designação da Comissão Mista		Dia 16-1-98 – designação da Comissão Mista	
Dia 19-1-98 – instalação da Comissão Mista		Dia 19-1-98 – instalação da Comissão Mista	
Até 14-1-98 – prazo para recebimento de emendas e para a Comissão Mista emitir o parecer sobre a admissibilidade		Até 14-1-98 – prazo para recebimento de emendas e para a Comissão Mista emitir o parecer sobre a admissibilidade	
Até 23-1-98 – prazo final da Comissão Mista		Até 23-1-98 – prazo final da Comissão Mista	
Até 7-2-98 – prazo no Congresso Nacional		Até 7-2-98 – prazo no Congresso Nacional	

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Melo) – O Senhor Presidente da República enviou ao Congresso Nacional a Medida Provisória nº 1.609-9, adotada em 8 de janeiro de 1998 e publicada no dia 9 do mesmo mês e ano, que "Dispõe sobre o reajuste do salário mínimo e dos benefícios da Previdência Social".

De acordo com as indicações das lideranças, e nos termos dos §§ 4º e 5º do art. 2º da Resolução nº 1/89-CN, fica assim constituída a Comissão Mista incumbida de emitir parecer sobre a matéria:

SENADORES

Titulares	Suplentes
	PFL
Gilberto Miranda Jonas Pinheiro	Carlos Patrocínio Bernardo Cabral
	PMDB
Jader Barbalho Nabor Júnior	Gerson Carnata Carlos Bezerra
	PSDB
Osmar Dias	Lúdio Coelho
Bloco Oposição (PT/PDT/PSB/PPS).	
José Eduardo Dutra	Sebastião Rocha
	PTB
Odacir Soares	Regina Assumpção

DEPUTADOS

Titulares	Suplentes
	PFL
João Mellão Neto Manoel Castro	Valdomiro Meger Hugo Rodrigues da Cunha
Bloco (PMDB/PSD/PRONA)	
Zaire Rezende Sandro Mabel	Armando Abílio Noel de Oliveira
	PSDB
Aécio Neves	Arnaldo Madeira
Bloco (PT/PDT/)	
José Machado	Alcides Modesto
	PPB
Enivaldo Ribeiro	
	PSTU
Lindberg Farias	

De acordo com a Resolução nº 1, de 1989-CN, fica estabelecido o seguinte calendário para a tramitação da matéria:

Dia 16-1-98 – designação da Comissão Mista
Dia 19-1-98 – instalação da Comissão Mista

Até 14-1-98 – prazo para recebimento de emendas e para a Comissão Mista emitir o parecer sobre a admissibilidade

Até 23-1-98 – prazo final da Comissão Mista
Até 7-2-98 – prazo no Congresso Nacional

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Melo) – O Senhor Presidente da República enviou ao Congresso Nacional a Medida Provisória nº 1.610-5, adotada em 8 de janeiro de 1998 e publicada no dia 9 do mesmo mês e ano, que "Cria o Fundo de Garantia à Exportação – FGE, e dá outras providências".

De acordo com as indicações das lideranças, e nos termos dos §§ 4º e 5º do art. 2º da Resolução nº 1/89-CN, fica assim constituída a Comissão Mista incumbida de emitir parecer sobre a matéria:

SENADORES

Titulares	Suplentes
	PFL
José Agripino Romeu Tuma	Guilherme Palmeira Freitas Neto
	PMDB
Jader Barbalho Nabor Júnior	Gerson Carnata Carlos Bezerra

PSDB	José Serra	José Ignácio Ferreira
	Bloco Oposição (PT/PDT/PSB/PPS)	
José Eduardo Dutra		Sebastião Rocha

PPB	Epitácio Cafeteira	Leomar Quintanilha
	DEPUTADOS	

Titulares	Suplentes
	PFL
Paulo Gouvêa João Mellão Neto	Lima Netto Francisco Horta
	Bloco (PMDB/PSD/PRONA)

Germano Rigotto Edison Andrade	Hermes Parchanello Luís Roberto Ponte
	PSDB
Aécio Neves	Arnaldo Madeira

Bloco (PT/PDT/)

José Machado

Alcides Modesto

PPB

Júlio Redecker

PTB

Paulo Heslander

De acordo com a Resolução nº 1, de 1989-CN, fica estabelecido o seguinte calendário para a tramitação da matéria:

Dia 16-1-98 – designação da Comissão Mista

Dia 19-1-98 – instalação da Comissão Mista

Até 14-1-98 – prazo para recebimento de emendas e para a Comissão Mista emitir o parecer sobre a admissibilidade

Até 23-1-98 – prazo final da Comissão Mista

Até 7-2-98 – prazo no Congresso Nacional

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Melo) – O Senhor Presidente da República enviou ao Congresso Nacional a Medida Provisória nº 1.611-4, adotada em 8 de janeiro de 1998 e publicada no dia 9 do mesmo mês e ano, que "Altera dispositivos da Lei nº 8.313, de 23 de dezembro de 1991, e dá outras providências".

De acordo com as indicações das lideranças, e nos termos dos §§ 4º e 5º do art. 2º da Resolução nº 1/89-CN, fica assim constituída a Comissão Mista incumbida de emitir parecer sobre a matéria:

SENADORES

Titulares

Suplentes

PFL

Hugo Napoleão
Edison LobãoFrancelino Pereira
Gilberto Miranda

PMDB

Jader Barbalho
Nabor JúniorGerson Camata
Carlos Bezerra

PSDB

Coutinho Jorge

Jefferson Peres

Bloco Oposição (PT/PDT/PSB/PPS)

José Eduardo Dutra

Sebastião Rocha

PTB

Regina Assumpção

Odacir Soares

DEPUTADOS

Titulares

Suplentes

PFL

Júlio Cesar
Jaime Fernandes FilhoPaulo Lima
Raul Belém

Bloco (PMDB/PSD/PRONA)

Maria Elvira
Maurício RequiãoLídia Quinan
Paulo Lustosa

PSDB

Aécio Neves

Amaldo Madeira

Bloco (PT/PDT/)

José Machado

Alcides Modesto

PPB

Cunha Bueno

PSB

Alexandre Cardoso

De acordo com a Resolução nº 1, de 1989-CN, fica estabelecido o seguinte calendário para a tramitação da matéria:

Dia 16-1-98 – designação da Comissão Mista

Dia 19-1-98 – instalação da Comissão Mista

Até 14-1-98 – prazo para recebimento de emendas e para a Comissão Mista emitir o parecer sobre a admissibilidade

Até 23-1-98 – prazo final da Comissão Mista

Até 7-2-98 – prazo no Congresso Nacional

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Melo) – O Senhor Presidente da República enviou ao Congresso Nacional a Medida Provisória nº 1.612-19, adotada em 8 de janeiro de 1998 e publicada no dia 9 do mesmo mês e ano, que "Estabelece mecanismos objetivando incentivar a redução da presença do setor público estadual na atividade financeira bancária, dispõe sobre a privatização de instituições financeiras, e dá outras providências".

De acordo com as indicações das lideranças, e nos termos dos §§ 4º e 5º do art. 2º da Resolução nº 1/89-CN, fica assim constituída a Comissão Mista incumbida de emitir parecer sobre a matéria:

SENADORES

Titulares

Suplentes

PFL

Hugo Napoleão
Edison LobãoFrancelino Pereira
Gilberto Miranda

PMDB

Jader Barbalho
Nabor JúniorGerson Camata
Carlos Bezerra

PSDB

Carlos Wilson

Lúdio Coelho

Bloco Oposição (PT/PDT/PSB/PPS)

Janeiro de 1998

DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

Sábado 17 00771

José Eduardo Dutra	Sebastião Rocha	PMDB
	PPB	Jader Barbalho Nabor Júnior
Epitácio Cafeteira	Leomar Quintanilha	Gerson Camata Carlos Bezerra
	DEPUTADOS	PSDB
Titulares	Suplentes	José Serra
	PFL	Bloco Oposição (PT/PDT/PSB/PPS)
Paulo Cordeiro	Darci Coelho	José Eduardo Dutra
Manoel Castro	Saulo Queiroz	Sebastião Rocha
	Bloco (PMDB/PSD/PRONA)	PTB
Edinho Bez	Paulo Ritzel	Regina Assumpção
Gonzaga Mota	Ricardo Rique	
	PSDB	DEPUTADOS
Aécio Neves	Arnaldo Madeira	Suplentes
	Bloco (PT/PDT/)	PFL
José Machado	Alcides Modesto	Manoel Castro Eliseu Rezende
	PPB	Bloco (PMDB/PSD/PRONA)
Roberto Campos		Antônio do Valle Neuto de Conto
	PL	Adelson Salvador Silas Brasileiro
Pedro Canedo		PSDB
De acordo com a Resolução nº 1, de 1989-CN, fica estabelecido o seguinte calendário para a tramitação da matéria:		
Dia 16-1-98 – designação da Comissão Mista		
Dia 19-1-98 – instalação da Comissão Mista		
Até 14-1-98 – prazo para recebimento de emendas e para a Comissão Mista emitir o parecer sobre a admissibilidade		
Até 23-1-98 – prazo final da Comissão Mista		
Até 7-2-98 – prazo no Congresso Nacional		
O SR. PRESIDENTE (Geraldo Melo) – O Senhor Presidente da República enviou ao Congresso Nacional a Medida Provisória nº 1.613-3, adotada em 8 de janeiro de 1998 e publicada no dia 9 do mesmo mês e ano, que "Altera procedimentos relativos ao Programa Nacional de Desestatização, de que trata a Lei nº 9.491, de 9 de setembro de 1997, e dá outras providências".		
De acordo com as indicações das lideranças, e nos termos dos §§ 4º e 5º do art. 2º da Resolução nº 1/89-CN, fica assim constituída a Comissão Mista incumbida de emitir parecer sobre a matéria:		
SENADORES		
Titulares	Suplentes	Aécio Neves
	PFL	Arnaldo Madeira
Carlos Patrocínio	Gilberto Miranda	Bloco (PT/PDT/)
Francelino Pereira	Jonas Pinheiro	José Machado
		Alcides Modesto
		PPB
		Fetter Júnior
		PPS
		Sérgio Arouca
De acordo com a Resolução nº 1, de 1989-CN, fica estabelecido o seguinte calendário para a tramitação da matéria:		
Dia 16-1-98 – designação da Comissão Mista		
Dia 17-1-98 – instalação da Comissão Mista		
Até 14-1-98 – prazo para recebimento de emendas e para a Comissão Mista emitir o parecer sobre a admissibilidade		
Até 23-1-98 – prazo final da Comissão Mista		
Até 7-2-98 – prazo no Congresso Nacional		
O SR. PRESIDENTE (Geraldo Melo) – O Senhor Presidente da República enviou ao Congresso Nacional a Medida Provisória nº 1.614-14, adotada em 8 de janeiro de 1998 e publicada no dia 9 do mesmo mês e ano, que "Define diretrizes e incentivos fiscais para o desenvolvimento regional e dá outras providências".		
De acordo com as indicações das lideranças, e nos termos dos §§ 4º e 5º do art. 2º da Resolução		

nº 1/89-CN, fica assim constituída a Comissão Mista incumbida de emitir parecer sobre a matéria:

SENADORES

Titulares	Suplentes
	PFL
Waldeck Ornelas	Bello Parga
José Agripino	José Alves
	PMDB
Jader Barbalho	Gerson Camata
Nabor Júnior	Carlos Bezerra
	PSDB
Beni Veras	Carlos Wilson
	Bloco Oposição (PT/PDT/PSB/PPS)
José Eduardo Dutra	Sebastião Rocha
	PPB
Epitácio Cafeteira	Leomar Quintanilha

DEPUTADOS

Titulares	Suplentes
	PFL
Vilmar Rocha	Cesar Bandeira
Júlio Cesar	Expedito Júnior
	Bloco (PMDB/PSD/PRONA)
Neuto de Conto	Nair Xavier Lobo
Carlos Apolinário	Marcos Lima
	PSDB
Aécio Neves	Arnaldo Madeira
	Bloco (PT/PDT/)
José Machado	Alcides Modesto
	PPB
João Mendes	PMN
Bosco França	

De acordo com a Resolução nº 1, de 1989-CN, fica estabelecido o seguinte calendário para a tramitação da matéria:

Dia 16-1-98 – designação da Comissão Mista
Dia 19-1-98 – instalação da Comissão Mista

Até 14-1-98 – prazo para recebimento de emendas e para a Comissão Mista emitir o parecer sobre a admissibilidade

Até 23-1-98 – prazo final da Comissão Mista
Até 7-2-98 – prazo no Congresso Nacional

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Melo) – O Senhor Presidente da República enviou ao Congresso Nacional a Medida Provisória nº 1.615-24, adotada em 8 de janeiro de 1998 e publicada no dia 9 do mesmo mês e ano, que "Dispõe sobre a emissão de Notas do Tesouro Nacional – NTN destinadas a aumento de capital do Banco do Brasil S.A., e dá outras providências".

De acordo com as indicações das lideranças, e nos termos dos §§ 4º e 5º do art. 2º da Resolução nº 1/89-CN, fica assim constituída a Comissão Mista incumbida de emitir parecer sobre a matéria:

SENADORES

Titulares	Suplentes
	PFL
Romero Jucá	Waldeck Ornelas
Vilson Kleinübing	Joel de Hollanda
	PMDB
Jader Barbalho	Gerson Camata
Nabor Júnior	Carlos Bezerra
	PSDB
José Ignácio Ferreira	Lúdio Coelho
	Bloco Oposição (PT/PDT/PSB/PPS)
José Eduardo Dutra	Sebastião Rocha
	PTB
Odacir Soares	Regina Assumpção

DEPUTADOS

Titulares	Suplentes
	PFL
Saulo Queiroz	Carlos Magno
Lima Netto	Sarney Filho
	Bloco (PMDB/PSD/PRONA)
Antônio do Valle	Oscar Goldoni
Zé Gomes da Rocha	Roberto Paulino
	PSDB
Aécio Neves	Arnaldo Madeira
	Bloco (PT/PDT/)
José Machado	Alcides Modesto
	PPB
Carlos Airton	
	PV
Fernando Gabeira	

De acordo com a Resolução nº 1, de 1989-CN, fica estabelecido o seguinte calendário para a tramitação da matéria:

Dia 16-1-98 – designação da Comissão Mista

Dia 19-1-98 – instalação da Comissão Mista

Até 14-1-98 – prazo para recebimento de emendas e para a Comissão Mista emitir o parecer sobre a admissibilidade

Até 23-1-98 – prazo final da Comissão Mista

Até 7-2-98 – prazo no Congresso Nacional

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Melo) – O Senhor Presidente da República enviou ao Congresso Nacional a Medida Provisória nº 1.637, adotada em 8 de janeiro de 1998 e publicada no dia 9 do mesmo mês e ano, que "Dispõe sobre a regulação, fiscalização e supervisão dos mercados de títulos ou contratos de investimento coletivo, e dá outras providências".

De acordo com as indicações das lideranças, e nos termos dos §§ 4º e 5º do art. 2º da Resolução nº 1/89-CN, fica assim constituída a Comissão Mista incumbida de emitir parecer sobre a matéria:

SENADORES

Titulares	Suplentes
Jonas Pinheiro	PFL
Leonel Paiva	Bernardo Cabral
Jader Barbalho	Carlos Patrocínio
Nabor Júnior	
José Ignácio Ferreira	PMDB
Bloco Oposição (PT/PDT/PSB/PPS)	Gerson Camata
José Eduardo Dutra	Carlos Bezerra
Epitácio Cafeteira	PSDB
	Jefferson Peres
	Sebastião Rocha
	PPB
	Leomar Quintanilha

DEPUTADOS

Titulares	Suplentes
Saulo Queiroz	PFL
Paulo Cordeiro	Paulo Bauer
Bloco (PMDB/PSD/PRONA)	Luiz Durão
Paulo Lustosa	
Pedro Novais	Adelson Salvador
	Luís Roberto Ponte
Aécio Neves	PSDB
	Amaldo Madeira
Bloco (PT/PDT/)	
José Machado	Alcides Modesto

PPB

Odelmo Leão

PSTU

Lindberg Farias

De acordo com a Resolução nº 1, de 1989-CN, fica estabelecido o seguinte calendário para a tramitação da matéria:

Dia 16-1-98 – designação da Comissão Mista

Dia 19-1-98 – instalação da Comissão Mista

Até 14-1-98 – prazo para recebimento de emendas e para a Comissão Mista emitir o parecer sobre a admissibilidade

Até 23-1-98 – prazo final da Comissão Mista

Até 7-2-98 – prazo no Congresso Nacional

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Melo) – Serão feitas as devidas comunicações à Câmara dos Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Melo) – Não há mais oradores inscritos.

Nada mais havendo a tratar, a Presidência vai encerrar os trabalhos.

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Melo) – Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 9h40min.)

(O.S. Nº 10351/98)

ATA DA 4ª SESSÃO DELIBERATIVA ORDINÁRIA, REALIZADA EM 12 DE JANEIRO DE 1998

(Publicada no DSF, de 13 de janeiro de 1998)

RETIFICAÇÃO

No cabeçalho da Ata, à página nº 00380,

Onde se lê:

Ata da 4ª Sessão Deliberativa Ordinária em 12 de janeiro de 1997

Leia-se:

Ata da 4ª Sessão Deliberativa Ordinária em 12 de janeiro de 1998

EMENDAS

(*) DESTINADA A EXAMINAR E EMITIR PARECER SOBRE A MEDIDA PROVISÓRIA Nº 1.531-14, ADOTADA EM 08 DE JANEIRO DE 1998 E PUBLICADA NO DIA 09 DO MESMO MÊS E ANO, QUE "ALTERA DISPOSITIVOS DAS LEIS Nºs 8.666, DE 21 DE JUNHO DE 1993, 8.987, DE 13 DE FEVEREIRO DE 1995, 9.074, DE 7 DE JULHO DE 1995, 9.427, DE 26 DE DEZEMBRO DE 1996, AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A PROMOVER A REESTRUTURAÇÃO DA CENTRAIS ELÉTRICAS BRASILEIRAS S.A. - ELETROBRÁS E DE SUAS SUBSIDIÁRIAS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS":

CONGRESSISTA		EMENDAS NÚMEROS
Deputado	ANTÔNIO JORGE	019.
Deputados	ANTÔNIO JORGE e ODELMO LEÃO	016.
Deputado	EUJÁCIO SIMÓES	005, 009, 010.
Deputado	HUGO BIEHL	001, 008.
Deputado	JOÃO ALMEIDA	013, 014.
Deputado	LUIS ROBERTO PONTE	002, 004, 007, 011, 015.
Deputado	MAGNO BACELAR	020, 021.
Deputado	MANOEL CASTRO	012.
Deputado	MAURÍCIO REQUÍÃO	003, 006.
Deputado	RUBEM MEDINA	018.
Deputados	RUBEM MEDINA e INOCÊNCIA OLIVEIRA	017.

Total de Emendas: 021

(*) EMENDAS APRESENTADAS PERANTE A COMISSÃO MISTA, DESTINADA A EXAMINAR E EMITIR PARECER SOBRE A MEDIDA PROVISÓRIA Nº 1.579-16, ADOTADA EM 8 DE JANEIRO DE 1998 E PUBLICADA NO DIA 9 DO MESMO MÊS E ANO, QUE "ALTERA A REDAÇÃO DOS ARTS. 14, 18, 34, 44 E 49 DA LEI Nº 9.082, DE 25 DE JULHO DE 1995, DOS ARTS. 18, 19, 34, 35 E § 4º DO ART. 53 DA LEI Nº 9.293, DE 15 DE JULHO DE 1996, QUE DISPÕEM, RESPECTIVAMENTE, SOBRE AS DIRETRIZES PARA A ELABORAÇÃO DA LEI ORÇAMENTÁRIA PARA OS EXERCÍCIOS DE 1996 E 1997".

CONGRESSISTA		EMENDAS NÚMEROS
DEPUTADO	SÉRGIO MIRANDA.....	001,002.
TOTAL DE EMENDAS: 02.		

(*) EMENDAS APRESENTADAS PERANTE A COMISSÃO MISTA, DESTINADA A EXAMINAR E EMITIR PARECER SOBRE A MEDIDA PROVISÓRIA Nº 1.587-5, ADOTADA EM 8 DE JANEIRO DE 1998 E PUBLICADA NO DIA 9 DO MESMO MÊS E ANO, QUE "INSTITUI AS GRATIFICAÇÕES DE DESEMPENHO DE FUNÇÃO ESSENCIAL À JUSTIÇA - GFJ, DE ATIVIDADE DE INFORMAÇÕES ESTRATÉGICAS - GDI, DE ATIVIDADE FUNDIÁRIA - GAF E PROVISÓRIA - GP, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS":

CONGRESSISTAS	EMENDAS N°S
Deputado BENEDITO DOMINGOS.....	007.
Deputado CHICO VIGILANTE.....	005 006 008 009.
Deputado JOSÉ LUIZ CLEROT.....	010.
Deputado NELSON MARCHEZAN.....	001 002 004.
Deputado SALOMÃO CRUZ.....	003.

TOTAL DE EMENDAS: 010

(*) EMENDAS APRESENTADAS PERANTE A COMISSÃO MISTA, DESTINADA A EXAMINAR E EMITIR PARECER SOBRE A MEDIDA PROVISÓRIA Nº 1.588-4, ADOTADA EM 08 DE JANEIRO DE 1998 E PUBLICADA NO DIA 09 DO MESMO MÊS E ANO, QUE "CRIA CARREIRAS NO ÂMBITO DO PODER EXECUTIVO FEDERAL, CRIA AS GRATIFICAÇÕES DE DESEMPENHO E EFICIÊNCIA - GDE E DE DESEMPENHO DE ATIVIDADE DE DEFESA AGROPECUÁRIA - GDA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

CONGRESSISTAS	EMENDAS N°S
Deputado CHICO VIGILANTE	001, 007, 008.
Deputado VALDIR COLATTO	002, 003, 004, 005, 006.

Total de emendas: 08

(*) EMENDAS APRESENTADAS PERANTE A COMISSÃO MISTA DESTINADA A EXAMINAR E EMITIR PARECER SOBRE A MEDIDA PROVISÓRIA Nº 1.599-40, ADOTADA EM 08 DE JANEIRO DE 1998, QUE "DÁ NOVA REDAÇÃO A DISPOSITIVOS DA LEI Nº 8.742, DE 7 DE DEZEMBRO DE 1993, QUE DISPÕE SOBRE A ORGANIZAÇÃO DA ASSISTÊNCIA SOCIAL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

CONGRESSISTAS	EMENDAS NºS.
Deputado CHICO VIGILANTE	08, 09, 10, 11, 12, 13, 14, 17, 19, 20.
Deputado PAULO PAIM	04, 05, 06, 07, 18.
Deputada RITA CAMATA	15.
Deputado SÉRGIO MIRANDA	01, 02, 03, 16.

TOTAL DE EMENDAS: 20

(*) EMENDAS APRESENTADAS PERANTE A COMISSÃO MISTA, DESTINADA A EXAMINAR E EMITIR PARECER SOBRE A MEDIDA PROVISÓRIA Nº 1.604-28, ADOTADA EM 8 DE JANEIRO DE 1998 E PUBLICADA NO DIA 9 DO MESMO MÊS E ANO, QUE "DISPÕE SOBRE MEDIDAS DE FORTALECIMENTO DO SISTEMA FINANCEIRO NACIONAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS":

CONGRESSISTAS					EMENDAS NºS.			
Senador ANTONIO CARLOS MAGALHÃES..					002.			
Deputado CHICO VIGILANTE.....	001	005	009	011				
	012	013	014	015				
	016	017	018.					
Deputado SÉRGIO MIRANDA.....					003	004	006	007
	008	010.						

TOTAL DE EMENDAS: 018

(*) EMENDAS APRESENTADAS PERANTE A COMISSÃO MISTA, DESTINADA A EXAMINAR E EMITIR PARECER SOBRE A MEDIDA PROVISÓRIA Nº 1.605-19, ADOTADA EM 08 DE JANEIRO DE 1998 E PUBLICADA NO DIA 09 DO MESMO MÊS E ANO, QUE "DÁ NOVA REDAÇÃO AO ART. 44 DA LEI Nº 4.771, DE 15 DE SETEMBRO DE 1965, E DISPÕE SOBRE A PROIBIÇÃO DO INCREMENTO DA CONVERSÃO DE ÁREAS FLORESTAIS EM ÁREAS AGRÍCOLAS NA REGIÃO NORTE E NA PARTE NORTE DA REGIÃO CENTRO-OESTE, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS":

CONGRESSISTAS		EMENDAS NºS.	
Deputado VALDIR COLATTO		001, 002.	

Total de emendas: 002

(*)EMENDA APRESENTADA PERANTE A COMISSÃO MISTA DESTINADA A EXAMINAR E EMITIR PARECER SOBRE A MEDIDA PROVISÓRIA Nº.1.606-16, DE 08 DE JANEIRO DE 1998, QUE "DISPÕE SOBRE A EXTINÇÃO DE CARGOS NO ÂMBITO DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA FEDERAL DIRETA, AUTÁRQUICA E FUNDACIONAL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

CONGRESSISTA	EMENDA NÚMERO
DEPUTADO VALDIR COLATTO	001.

TOTAL DE EMENDAS: 01

(*)EMENDAS APRESENTADAS PERANTE A COMISSÃO MISTA, DESTINADA A EXAMINAR E EMITIR PARECER SOBRE A MEDIDA PROVISÓRIA Nº 1.607-13, ADOTADA EM 8 DE JANEIRO DE 1998 E PUBLICADA NO DIA 9 DO MESMO MÊS E ANO, QUE "ALTERA A LEGISLAÇÃO QUE REGE O SALÁRIO-EDUCAÇÃO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

CONGRESSISTAS	EMENDAS NÚMERO
DEPUTADO	CHICO VIGILANTE.....012.
DEPUTADO	GERSON PERES.....009.
DEPUTADO	JÚLIO REDECKER..... 010.
DEPUTADO	MAURÍCIO REQUIÃO..... 013,016.
DEPUTADO	OSMÂNIO PEREIRA..... 002,004,006,008.
DEPUTADO	PADRE ROQUE.....011.
DEPUTADO	SEVERIANO ALVES..... 001,003,005,007.
SENADOR	WALDECK ORNELAS..... 014,015.

TOTAL DE EMENDAS: 16.

(*) EMENDAS APRESENTADAS PERANTE A COMISSÃO MISTA DESTINADA A EXAMINAR E EMITIR PARECER SOBRE A MEDIDA PROVISÓRIA Nº 1.608-10, ADOTADA EM 08 DE JANEIRO DE 1998, QUE "DISPÕE SOBRE AMORTIZAÇÃO E PARCELAMENTO DE DÍVIDAS ORIUNDAS DE CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS E OUTRAS IMPORTÂNCIAS" DEVIDAS AO INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

CONGRESSISTAS	EMENDAS N°S.
Deputado ANTONIO JOAQUIM ARAÚJO	04, 05, 06.
Deputado ARNALDO FARIA DE SÁ	03.
Deputado AUGUSTO NARDES	01, 02.
Deputado CHICO VIGILANTE	07, 08, 09, 10.
Deputado HUBO BIEHL	11.
Deputado JÚLIO REDECKER	14.
Deputado OSVALDO BIOLCHI	12, 13.

TOTAL DE EMENDAS: 14

(*) EMENDAS APRESENTADAS PERANTE A COMISSÃO MISTA, DESTINADA A EXAMINAR E EMITIR PARECER SOBRE A MEDIDA PROVISÓRIA Nº 1.609-9, ADOTADA EM 8 DE JANEIRO DE 1998 E PUBLICADA NO DIA 9 DO MESMO MÊS E ANO, QUE "DISPÕE SOBRE O REAJUSTE DO SALÁRIO MÍNIMO E DOS BENEFÍCIOS DA PREVIDÊNCIA SOCIAL":

CONGRESSISTAS	EMENDAS N°S.
Deputado ARNALDO FARIA DE SÁ.....	001 003.
Deputado LUIZ BUAIZ.....	005.
Deputado PAULO PAIM.....	002 004 006 007 008 009.

TOTAL DE EMENDAS: 009

(*) EMENDAS APRESENTADAS PERANTE A COMISSÃO MISTA DESTINADA A EXAMINAR E EMITIR PARECER SOBRE A MEDIDA PROVISÓRIA Nº 1.611-4, DE 08 DE JANEIRO DE 1998, QUE "ALTERA DISPOSITIVOS DA LEI Nº 8.313, DE 23 DE DEZEMBRO DE 1.991, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

CONGRESSISTA	EMENDA NÚMEROS
DEPUTADO SERGIO CARNEIRO	001, 002.

TOTAL DE EMENDAS: 02

(*) EMENDAS APRESENTADAS PERANTE A COMISSÃO MISTA, DESTINADA A EXAMINAR E EMITIR PARECER SOBRE A MEDIDA PROVISÓRIA N° 1.612-19, ADOTADA EM 8 DE JANEIRO DE 1998 E PUBLICADA NO DIA 9 DO MESMO MÊS E ANO, QUE "ESTABELECE MECANISMOS OBJETIVANDO INCENTIVAR A REDUÇÃO DA PRESENÇA DO SETOR PÚBLICO ESTADUAL NA ATIVIDADE FINANCEIRA BANCÁRIA, DISPÕE SOBRE A PRIVATIZAÇÃO DE INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

CONGRESSISTA	EMENDAS NÚMEROS
DEPUTADO CHICO VIGILANTE	001,002,003,004,005,006, 007,008.

TOTAL DE EMENDAS: 08.

(*) EMENDA APRESENTADA PERANTE A COMISSÃO MISTA DESTINADA A EXAMINAR E EMITIR PARECER SOBRE A MEDIDA PROVISÓRIA N° 1.613-3, ADOTADA EM 08 DE JANEIRO DE 1998, QUE "ALTERA PROCEDIMENTOS RELATIVOS AO PROGRAMA NACIONAL DE DESESTATIZAÇÃO, DE QUE TRATA A LEI N° 9.491, DE 9 DE SETEMBRO DE 1997, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

CONGRESSISTA	EMENDA N°
Deputado CHICO VIGILANTE	001.

(*) EMENDAS APRESENTADAS PERANTE A COMISSÃO MISTA, DESTINADA A EXAMINAR E EMITIR PARECER SOBRE A MEDIDA PROVISÓRIA N° 1.614-14, ADOTADA EM 8 DE JANEIRO DE 1998 E PUBLICADA NO DIA 9 DO MESMO MÊS E ANO, QUE "DEFINE DIRETRIZES E INCENTIVOS FISCAIS PARA O DESENVOLVIMENTO REGIONAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS":

CONGRESSISTAS	EMENDAS NÚMEROS
Deputado ANIVALDO VALE.....	001 003 004 005 006 007 008 009 010 011 013 014 015 016 017 018 019 020 021 022 024 025 029 030 031 032 033.
Deputado VILMAR ROCHA.....	002.
Senador WALDECK ORNELAS.....	012 023 026 027 028.

TOTAL DE EMENDAS: 033

(*) EMENDAS APRESENTADAS PERANTE A COMISSÃO MISTA, DESTINADA A EXAMINAR E EMITIR PARECER SOBRE A MEDIDA PROVISÓRIA Nº 1.615-24, ADOTADA EM 08 DE JANEIRO DE 1998 E PUBLICADA NO DIA 09 DO MESMO MÊS E ANO, QUE "DISPÕE SOBRE A EMISSÃO DE NOTAS DO TESOURO NACIONAL - NTN DESTINADAS A AUMENTO DE CAPITAL DO BANCO DO BRASIL S.A., E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS":

CONGRESSISTAS	EMENDAS N.º
Deputado ANIVALDO VALE	003.
Deputado CHICO VIGILANTE	004, 005, 006, 007.
Deputado PAULO BERNARDO	008.
Deputado SÉRGIO MIRANDA	001, 002.

Total de Emendas: 008

(*) Publicadas em suplemento à presente edição.

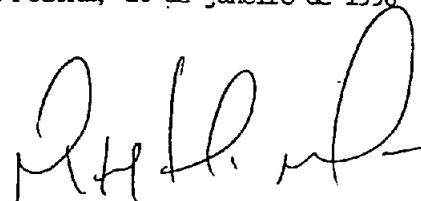
ATOS DO DIRETOR-GERAL

ATO DO DIRETOR-GERAL Nº 60, DE 1998

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 15 das Disposições Finais da Resolução nº 9, de 1997, e tendo em vista o constante no Processo nº 000524/98-0,

RESOLVE dispensar o servidor ANTONIO ROSALVO P. DE V. TORRES, matrícula 3746, ocupante do cargo efetivo de Técnico Legislativo - Área 2 - Especialidade de Processo Legislativo, da Função Comissionada de Auxiliar de Gabinete Parlamentar, Símbolo FC-04, do Gabinete do Senador Francelino Pereira, e designá-lo para exercer a Função Comissionada de Subchefe de Gabinete, Símbolo FC-06, do mesmo Órgão, com efeitos financeiros a partir de 13 de janeiro de 1998.

Senado Federal, 16 de janeiro de 1998

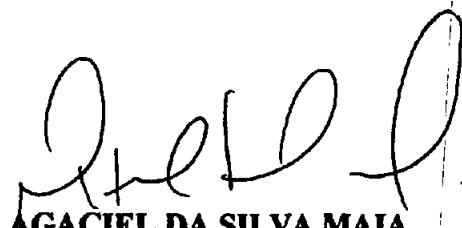

AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

**ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº 61, DE 1998**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 15 das Disposições Finais da Resolução n.º 9, de 1997, e tendo em vista o constante no Processo nº 000372/98-6,

RESOLVE dispensar o servidor LEONARDO JOFFILY, matrícula 1824, ocupante do cargo efetivo de Técnico Legislativo - Área 2 - Especialidade de Processo Legislativo, da Função Comissionada de Auxiliar de Gabinete Parlamentar, Símbolo FC-04, do Gabinete do Senador Eduardo Suplicy, e designá-lo para exercer a Função Comissionada de Secretário de Gabinete, Símbolo FC-05, do mesmo Órgão, com efeitos financeiros a partir de 09 de janeiro de 1998.

Senado Federal, 16 de janeiro de 1998



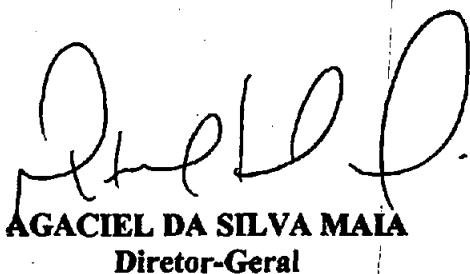
AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

**ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº 62, DE 1998**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 15 das Disposições Finais da Resolução n.º 9, de 1997, e tendo em vista o constante no Processo nº 000420/98-0,

RESOLVE dispensar o servidor ROMULO CAVALCANTI BRAGA, matrícula 2499, ocupante do cargo efetivo de Técnico Legislativo - Área 2 - Especialidade de Processo Legislativo, da Função Comissionada de Assistente de Controle de Informação, Símbolo FC-04, da Subsecretaria Industrial - SEEP, e designá-lo para exercer a Função Comissionada de Auxiliar de Gabinete Parlamentar, Símbolo FC-04, do Gabinete do Senador Carlos Patrocínio, com efeitos financeiros a partir de 08 de janeiro de 1998.

Senado Federal, 16 de janeiro de 1998



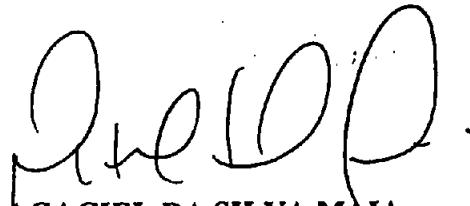
AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

**ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº 63, DE 1998**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 15 das Disposições Finais da Resolução nº 9, de 1997, e tendo em vista o constante no Processo nº 000369/98-5,

RESOLVE dispensar a servidora ANNA MARIA DE LUCENA RODRIGUES, matrícula 1967, ocupante do cargo efetivo de Analista de Indústria Gráfica Legislativa, da Função Comissionada de Assistente Administrativo, Símbolo FC-05, da Subsecretaria de Edições Técnicas, e designá-la para exercer a Função Comissionada de Assistente Técnico, Símbolo FC-06, do mesmo Órgão, com efeitos financeiros a partir de 09 de janeiro de 1998.

Senado Federal, 16 de janeiro de 1998



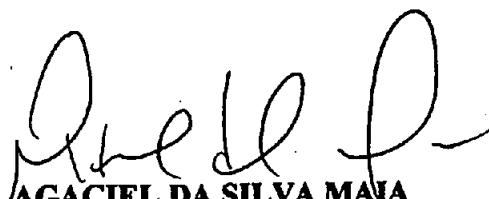
AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

**ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº 64, DE 1998**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 15 das Disposições Finais da Resolução nº 9, de 1997, e tendo em vista o constante no Processo nº 000278/98-0,

RESOLVE designar a servidora DANIELA ANTONY GOMES DE MATOS, matrícula 1853, ocupante do cargo efetivo de Técnico de Indústria Gráfica Legislativa, para exercer a Função Comissionada de Auxiliar de Gabinete Parlamentar, Símbolo FC-04, do Gabinete do Senador Ronaldo Cunha Lima, com efeitos financeiros a partir de 1º de dezembro de 1997.

Senado Federal, 16 de janeiro de 1998



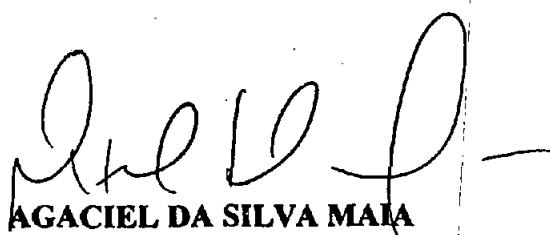
AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

**ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº 65, DE 1998**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 15 das Disposições Finais da Resolução n.º 9, de 1997, e tendo em vista o constante no Processo nº 000253/98-7,

RESOLVE dispensar a servidora TANIA TERESA NEIVA SOUTO, matrícula 3909, ocupante do cargo efetivo de Técnico Legislativo - Área 2 - Especialidade de Processo Legislativo, da Função Comissionada de Auxiliar de Gabinete Parlamentar, Símbolo FC-04, do Gabinete do Senador Lauro Campos, e designá-la para exercer a Função Comissionada de Auxiliar de Gabinete Parlamentar, Símbolo FC-04, do Gabinete da Liderança do PSDB, com efeitos financeiros a partir de 07 de janeiro de 1998.

Senado Federal, 16 de janeiro de 1998



AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

**ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº 66, DE 1998**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 15 das Disposições Finais da Resolução n.º 9, de 1997, e tendo em vista o constante no Processo nº 000518/98-0,

RESOLVE dispensar o servidor LUCIANO BAPTISTA OBLIZINER, matrícula 1438, ocupante do cargo efetivo de Analista de Indústria Gráfica Legislativa, da Função Comissionada de Auxiliar de Gabinete, Símbolo FC-03, do Instituto Legislativo Brasileiro, e designá-lo para exercer a Função Comissionada de Assistente de Controle de Informação, Símbolo FC-04, do mesmo Órgão, com efeitos financeiros a partir de 13 de janeiro de 1998.

Senado Federal, 16 de janeiro de 1998



AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

**ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº 67, DE 1998**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no exercício de suas atribuições regulamentares, estabelecidas pela Resolução-SF nº 9, de 1997, tendo em vista o que consta do Processo nº 1685/97-0, resolve APOSENTAR, voluntariamente, com proventos proporcionais ao tempo de serviço, JURANDY SANT'ANNA CORREA, matrícula 2152, Técnico de Indústria Gráfica Legislativa, Nível II, Classe Especial, Padrão II/M21, do Quadro de Pessoal da Secretaria Especial de Editoração e Publicações, nos termos do artigo 40, inciso III, alínea "d", da Constituição da República Federativa do Brasil, combinado com o artigo 186, inciso III, alínea "d", da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, com as vantagens das Resoluções-SF nºs 59/91, 51/93 e 74/94.

Senado Federal, em 16 de janeiro de 1998.



AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral do Senado Federal

**ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº 68, DE 1998**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso de suas atribuições, em conformidade com a delegação de competência que lhe foi outorgada pelo Ato do Presidente do Senado Federal nº. 181, de 1997,

RESOLVE

Nomear **ORLANDO DE SÁ CAVALCANTE NETO** para o cargo de Consultor de Orçamentos - Nível III, Área de Consultoria e Assessoramento em Orçamentos, Padrão 42, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, em virtude de aprovação em concurso público homologado pelo Ato do Diretor-Geral nº. 967, de 1997, publicado no Diário do Congresso Nacional, Seção II, de 17 de abril de 1997, e no Diário Oficial da União, Seção I, de 17 de abril de 1997.

Senado Federal, 16 de janeiro de 1998.



AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral do Senado Federal

**ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº 69, DE 1998**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso de suas competências regulamentares e, de acordo com o disposto no Ato nº. 01 de 1995;

Considerando a necessidade de promover um acompanhamento efetivo das matérias relativas à programação e execução orçamentária do Senado Federal, com a adoção das providências cabíveis à suplementação de recursos necessários ao desenvolvimento das atividades do Senado Federal; e,

Considerando a inexistência na Casa de uma unidade própria com a finalidade específica de realizar essas tarefas e, contigüamente, implementar outras atividades relacionadas à execução orçamentária, RESOLVE:

Art. 1º - Designar os servidores **EDMILSON FERREIRA DA SILVA** (matr. 4101), **FREDERIC PINHEIRO BARREIRA** (matr. 1678), **JOSÉ RICARDO DE MELO ALBUQUERQUE** (matr. 5046), **ADEMAR FERREIRA GOMES** (matr. 5107), **DIMITRIOS HADJINICOLAOU** (matr. 4717), **BENEDITO VAKSON RIBEIRO** (matr. 1879), **JOSÉ ALVES DO NASCIMENTO FILHO** (matr. 0953 - SEEP), **HAMILTON SILVA** (matr. 1223 - SEEP) e **SEBASTIÃO FERNANDES NETO** (matr. 0466 - SEEP) para, sob a presidência do primeiro e, na sua falta, do segundo, tendo como secretário o terceiro, comporem Comissão Especial de Elaboração e Acompanhamento Orçamentário, com as seguintes atribuições:

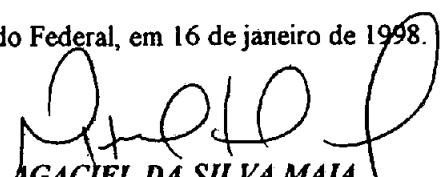
I) elaborar a proposta orçamentária e acompanhar a execução da Lei Orçamentária aprovada, com vista à racionalização da aplicação dos recursos;

II) propor à Administração da Casa a abertura de créditos adicionais, sempre que as dotações orçamentárias se apresentarem insuficientes, em conformidade com a legislação vigente; e

III) executar outras atividades correlatas.

Art. 2º - Este Ato entra em vigor na data de sua publicação, com vigência até 30 de junho de 1998.

Senado Federal, em 16 de janeiro de 1998.



AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

<p>MESA</p> <p>Presidente Antonio Carlos Magalhães - PFL - BA</p> <p>1º Vice-Presidente Geraldo Melo - PSDB - RN</p> <p>2º Vice Presidente Júnia Marise - Bloco - MG</p> <p>1º Secretário Ronaldo Cunha Lima - PMDB - PB</p> <p>2º Secretário Carlos Patrocínio - PFL - TO</p> <p>3º Secretário Flaviano Melo - PMDB - AC</p> <p>4º Secretário Lucídio Portella - PPB - PI</p> <p>Suplentes de Secretário</p> <p>1º - Emilia Fernandes - Bloco - RS 2º - Lúdio Coelho - PSDB - MS 3º - Joel de Holland - PFL - PE 4º - Marluce Pinto - PMDB - RR</p> <p>CORREGEDORIA PARLAMENTAR</p> <p>Corregedor (Reeleito em 2-4-97) Romeu Tuma - PFL - SP</p> <p>Corregedores - Substitutos (Reeleitos em 2-4-97)</p> <p>1º - Ramez Tebet - PMDB - MS 2º - Joel de Holland - PFL - PE 3º - Lúcio Alcântara - PSDB - CE</p>	<p>PROCURADORIA PARLAMENTAR</p> <p>(Designação : 16 e 23-11-95)</p> <p>Nabor Junior - PMDB - AC Waldeck Ornelas - PFL - BA Emilia Fernandes - Bloco - RS José Ignácio Ferreira - PSDB - AC Lauro Campos - Bloco - DF</p> <p>LIDERANÇA DO GOVERNO</p> <p>Líder Elcio Alvares - PFL - ES</p> <p>Vice-Líderes José Roberto Arruda - PSDB - DF Wilson Kleindring - PFL - SC Ramez Tebet - PMDB - MS</p> <p>LIDERANÇA DO PFL</p> <p>Líder Hugo Napoleão</p> <p>Vice-Líderes Edison Lobão Francelino Pereira Gilberto Miranda Romero Jucá Romeu Tuma Júlio Campos</p> <p>LIDERANÇA DO PMDB</p> <p>Líder Jáder Barbalho</p> <p>Vice-Líderes Nabor Júnior Gerson Camata Carlos Bezerra Ney Suassuna Gilvam Borges Fernando Bezerra</p>	<p>LIDERANÇA DO PSDB</p> <p>Líder Sergio Machado</p> <p>Vice-Líderes Osmar Dias Jefferson Péres José Ignácio Ferreira Coutinho Jorge</p> <p>LIDERANÇA DO BLOCO DE OPOSIÇÃO</p> <p>Líder José Eduardo Dutra</p> <p>Vice-Líderes Sebastião Rocha Antonio Carlos Valadares Roberto Freire</p> <p>LIDERANÇA DO PPB</p> <p>Líder Epitacio Cafeteira</p> <p>Vice-Líderes Leomar Quintanilha Esperidião Amin</p> <p>LIDERANÇA DO PTB</p> <p>Líder Odacir Soares</p> <p>Vice-Líder Regina Assumpção</p>
--	--	---

Atualizada em 8/1/98.

CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PÁRLAMENTAR
(Eleito em 19-4-95)

Presidente : Casildo Maldaner - PMDB - SC
Vice-Presidente: José Alves - PFL - SE
(Eleitos em 23-2-96)

Titulares

Suplentes

PFL

1. Elio Alvares
2. Francelino Pereira
3. Waldeck Ornelas
4. José Alves

1. José Agripino
2. Carlos Patrocínio
3. Vilson Kleinbuing
4. José Bianco

PMDB

1. Casildo Maldaner
2. Ramez Tebet
3. Nabor Júnior
4. Ney Suassuma

1. Onofre Quinlan
2. Gerson Camata
3. Flaviano Melo
4. Coutinho Jorge

PSDB

1. Lúcio Alcântara
2. (Vago)

1. Jefferson Péres
2. José Ignácio Ferreira

PPB (Ex- PPR + Ex-PP)

1. Epitácio Cafeteira
2. Osmar Dias

1. Lucídio Portella

PTB

1. Emilia Fernandes

1. Arlindo Porto (afastado por exercer cargo de Ministro de Estado)

PP

1. Osmar Dias

1. Antônio Carlos Valadares

PT

1. Marina Silva

1. Lauro Campos

PDT

1. (Vago)

1. Sebastião Rocha

Membro Nato
Romeu Tuma (Corregedor)

SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA
SUBSECRETARIA DE COMISSÕES

Diretora: CLEIDE MARIA B. F. CRUZ
Ramais: 3490 - 3491 Fax: 1095

**SERVIÇO DE APOIO ÀS COMISSÕES ESPECIAIS E PARLAMENTARES DE
INQUÉRITO**

Chefe: LUIZ CLÁUDIO DE BRITO
Ramais: 3511 - 3514 Fax: 3606

Secretários: ADRIANA TAVARES SOBRAL (Ramal: 4252)
FRANCISCO NAURIDES BARROS (Ramal: 3508)
MARTA HELENA PINTO F. PARENTE (Ramal: 3501)

SERVIÇO DE APOIO ÀS COMISSÕES MISTAS

Chefe: JOSÉ ROBERTO ASSUMPÇÃO CRUZ
Ramais: 3507 - 3520 Fax: 3512

Secretários: EDNALDO MAGALHÃES SIQUEIRA (Ramal: 3520)
CLEUDES BOAVENTURA NERY (Ramal: 3503)
JOAQUIM BALDOÍNO DE B. NETO (Ramal: 4256)
SÉRGIO DA FONSECA BRAGA (Ramal: 3502)
WILL DE MOURA WANDERLEY (Ramal: 3509)
ELIZABETH GIL BARBOSA VIANA (Ramal: 4792)

SERVIÇO DE APOIO ÀS COMISSÕES PERMANENTES

Chefe: FRANCISCO GUILHERME THEES RIBEIRO
Ramais: 4638 - 3492 Fax: 4573

Secretários: CE	- JÚLIO RICARDO BORGES LINHARES (Ramal: 4604)
CI	- CELSO ANTONY PARENTE (Ramal: 4607)
CAE	- DIRCEU VIEIRA MACHADO FILHO (Ramal: 4605) - LUIZ GONZAGA DA SILVA FILHO (Ramal: 3516)
CAS	- RAIMUNDO FRANCO DINIZ (Ramal: 4608) - VERA LÚCIA BATISTA SILVA (Ramal: 7285)
CCJ	- VERA LÚCIA LACERDA NUNES (Ramal: 4609) - MARIA DE FÁTIMA M. DE OLIVEIRA (Ramal: 3972)
CRE	- MARCOS SANTOS PARENTE FILHO (Ramal: 3496)
CFC	- JOSÉ FRANCISCO B. DE CARVALHO (Ramal: 3935)

ATUALIZADO EM 05/12/97

COMISSÕES PERMANENTES

(ART^º 72 - RISF)

1) COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS - CAE

PRESIDENTE: SENADOR JOSÉ SERRA

VICE-PRESIDENTE: SENADOR FERNANDO BEZERRA

(27 TITULARES E 27 SUPLENTES)

TITULARES

SUPLENTES

PFL

FRANCELINO PEREIRA	MG-2411/12	1-ROMERO JUCÁ	RR-2111/12
VILSON KLEINÜBING	SC-2041/42	2-JOSÉ AGRIPINO	RN-2361/62
GILBERTO MIRANDA	AM-3104/05	3-JOSÉ BIANCO	RO2231/32
BELLO PARGA	MA-3069/70	4-ÉLCIO ALVARES	ES-3130/31
FREITAS NETO	PI-2131/32	5-EDISON LOBÃO	MA-2311/12
JOÃO ROCHA	TO-4070/72	6-JOSAPHAT MARINHO	BA-3173/74
JONAS PINHEIRO	MT-2271/72	7-JOEL DE HOLLANDA	PE-3197/98
WALDECK ORNELAS	BA-2211/12	8 JÚLIO CAMPOS	MT-4064/65

PMDB

GILVAM BORGES	AP-2151/52	1-JADER BARBALHO	PA-3041/43
FERNANDO BEZERRA	RN-2461/67	2-MARLUCE PINTO	RR-1101/1201
NEY SUASSUNA	PB-1145/1245	3-MAURO MIRANDA	GO-2091/92
VAGO		4-ROBERTO REQUIÃO	PR-2401/02
CARLOS BEZERRA	MT-2291/92	5-PEDRO SIMON	RS-3230/31
RAMEZ TEBET	MS-2221/22	6-CASILDO MALDANER	SC-2141/42
JOSÉ FOGAÇA	RS-3077/78	7-GERSON CAMATA	ES-3203/04

PSDB

JOSÉ ROBERTO ARRUDA	DF-2011/12	1-TEOTÔNIO VILELA FILHO	AL-4093/94
COUTINHO JORGE	PA-1026/1226	2-BENI VERAS	CE-3242/43
JEFFERSON PERES	AM-2061/62	3-LÚCIO ALCÂNTARA	CE-2301/02
JOSÉ SERRA	SP-2351/52	4-LÚDIO COELHO	MS-2381/82
OSMAR DIAS	PR-2124/25	5-SÉRGIO MACHADO	CE- 2281/85

BLOCO DE OPOSIÇÃO (PT, PDT, PSB, PPS)

EDUARDO SUPLICY - PT	SP-3213/15	1-ANTONIO CARLOS VALADARES	SE-2201/02
		- PSB	
LAURO CAMPOS - PT	DF-2341/42	2-SEBASTIÃO ROCHA - PDT	AP-2244/46
ADEMIR ANDRADE - PSB	PA-2101/02	3-ROBERTO FREIRE - PPS	PE-2161/67
JOSÉ EDUARDO DUTRA - PT	SE- 2391/92	4-ABDIAS NASCIMENTO - PDT	RJ-1121/4229

PPB

ESPERIDIÃO AMIN	SC-4200/06	1-EPITACIO CAFETEIRA	MA-1402/11
LEVY DIAS	MS-1128/1228	2-LEOMAR QUINTANILHA	TO-2071/77

PTB

JOSÉ EDUARDO	PR-4059/60	1-REGINA ASSUMPÇÃO	MG- 2131/37
--------------	------------	--------------------	-------------

REUNIÕES: QUINTAS-FEIRAS ÀS 10:00 HS (*)

SECRETÁRIO: DIRCEU VIEIRA MACHADO FILHO

TELEFONES DA SECRETARIA: 311-3516/4605

SALA N^º 19-ALA SEN. ALEXANDRE COSTA

TEL. DA SALA DE REUNIÃO: 311-3255

FAX: 311-4344

(*) Horário de acordo com a Ata publicada no DSF de 12.9.97, pgs. 18655/6

Horário regimental: 3^{as} feiras às 10:00 hs.

Atualizada em: 15/01/98

1.1) COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS - CAE
SUBCOMISSÃO DESTINADA A EXAMINAR A POLÍTICA DE INCENTIVOS OFERECIDOS
ÀS EMPRESAS PELOS GOVERNOS ESTADUAIS
PRESIDENTE: SENADOR FERNANDO BEZERRA
VICE-PRESIDENTE: SENADOR OSMAR DIAS
(09 TITULARES E 09 SUPLENTES)
PRAZO: 18.11.97

TITULARES	SUPLENTES
VILSON KLEINÜBING	SC-2041/42
BELLO PARGA	MA-3069/70
WALDECK ORNELAS	BA-2211/12
FERNANDO BEZERRA	RN-2461/67
CARLOS BEZERRA	MT-2291/92
COUTINHO JORGE	PA-1026/1226
OSMAR DIAS	PR-2124/25
JOSÉ EDUARDO DUTRA - PT	SE- 2391/92
ESPERIDIÃO AMIN	SC-4200/06

REUNIÕES: TERÇAS-FEIRAS AS 17:30 HORAS
SECRETÁRIO: DIRCEU VIEIRA MACHADO FILHO
SECRETARIA: 311-3516/4605
FAX: 311-4344

SALA N° 19 - ALA SEM. ALEXANDRE COSTA
SALA DE REUNIÕES: 311-3255
E-MAIL: dirceuv@sgmsleg.senado.gov.br
ATUALIZADA EM: 26.09.97

ANDAMENTO
EM 26.08.97 FOI DESIGNADO RELATOR O SENADOR VILSON KLEINÜBING

2) COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS - CAS
PRESIDENTE: SENADOR ADEMIR ANDRADE
VICE-PRESIDENTE: SENADOR LEOMAR QUINTANILHA
(29 TITULARES E 29 SUPLENTES)

TITULARES

SUPLENTES

PFL

ROMERO JUCA	RR-2111/17	1-GUILHERME PALMEIRA	AL-3245/47
JONAS PINHEIRO	MT-2271/77	2-EDISON LOBÃO	MA-2311/15
JOSÉ ALVES	SE-4055/57	3-ELCIO ALVARES	ES-3130/35
BELLO PARGA	MA-3069/72	4-VAGO	MT-4064/65
WALDECK ORNELAS	BA-2211/17	5-JOSÉ AGRIPINO	RN-2361/67
LEONEL PAIVA	DF-1046/1146	6-BERNARDO CABRAL	AM-2081/87
JOSÉ BIANCO	RO-2231/37	7-ROMEU TUMA	SP-2051/57
FREITAS NETO	PI-2131/37	8-JOÃO ROCHA	TO-4070/71
JÚLIO CAMPOS	MT-4064/65	9-VAGO	

PMDB

CARLOS BEZERRA	MT- 2291/97	1-JOSÉ FOGAÇA	RS-3077/78
GILVAM BORGES	AP-2151/57	2- VAGO	
JOÃO FRANÇA (1)	RR-3067/4078	3- VAGO	
CASILDO MALDANER	SC-2141/47	4-JOSÉ SARNEY	AP-3429/31
MAURO MIRANDA	GO-2091/92	5-RENAN CALHEIROS	AL-2261/70
NABOR JUNIOR	AC-1478/1378	6-VAGO	
MARLUCE PINTO	RR-1101/4062	7-VAGO	
OTONIEL MACHADO	GO-2031/32	8-VAGO	

PSDB

LÚCIO ALCÂNTARA	CE-2301/07	1-ARTUR DA TAVOLA	RJ-2431/37
OSMAR DIAS	PR-2124/25	2-BENI VERAS	CE-1149
LÚDIO COELHO	MS-2381/87	3-SÉRGIO MACHADO	CE-2281/87
CARLOS WILSON	PE-2451/57	4-COUTINHO JORGE	PA-1026/1226
JOSÉ ROBERTO ARRUDA	DF-2011/16	5-JEFFERSON PERES	AM-2061/67

BLOCO DE OPOSIÇÃO (PT, PDT, PSB, PPS)

BENEDITA DA SILVA - PT	RJ-2171/77	1-EMILIA FERNANDES - PDT	RS-2331/37
MARINA SILVA - PT	AC-2181/87	2-LAURIO CAMPOS - PT	DF-2341/47
ADEMIR ANDRADE - PSB	PA-2101/07	3-ABDIAS NASCIMENTO - PDT	RJ-1121/4229
SEBASTIÃO ROCHA - PDT	AP-2244/46	4-ROBERTO FREIRE - PPS	PE-2161/67

PPB

ERNANDES AMORIM	RO-2051/57	1-EPITACIO CAFETERIA	MA-4073/74
LEOMAR QUINTANILHA	TO-2071/76	2-ESPERIDIÃO AMIN	SC-4200/06

PTB

ODACIR SOARES	RO-3218/3219	1-REGINA ASSUMPÇÃO	MG-2131/37
---------------	--------------	--------------------	------------

(1) Desfilou-se do PMDB, ingressando no PPB, em 2.10.97.

REUNIÕES: QUARTAS-FEIRAS ÀS 10:00 HS (*)

SECRETÁRIO: RAYMUNDO FRANCO DINIZ

TELEFONES DA SECRETARIA: 311-4608/3515

SALA N° 09-ALA SEN. ALEXANDRE COSTA

TEL. DA SALA DE REUNIÃO: 311-3359

FAX: 311-3652

(*) Horário de acordo com a Ata publicada no DSF de 12.9.97, pga. 18655/6
 Horário regimental: 4ª feiras às 14:00 hs.

Atualizada em: 15/01/98

3) COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA - CCJ

PRESIDENTE: SENADOR BERNARDO CABRAL
 VICE-PRESIDENTE: SENADOR RAMEZ TEBET
 (23 TITULARES E 23 SUPLENTES)

TITULARES

SUPLENTES

PFL

GUILHERME PALMEIRA	AL-3245/47	1-ÉLIO ALVARES	ES-3130/32
ROMERO JUCÁ	RR-2111/17	2-EDISON LOBÃO	MA-2311/15
JOSÉ BIANCO	RO-2231/37	3-JOSÉ AGRIPINO	RN-2381/67
BERNARDO CABRAL	AM-2081/87	4-LEONEL PAIVA	DF-1046/1146
FRANCELINO PEREIRA	MG-2411/17	5-FREITAS NETO	PI-2131/37
JOSAPHAT MARINHO	BA-3173/74	6-BELLO PARGA	MA-3069/72
ROMEU TUMA	SP-2051/52	7-GILBERTO MIRANDA	AM-1166/3104

PMDB

JADER BARBALHO	PA-3051/53	1-VAGO	PB-4345/48
JOSÉ FOGAÇA	RS-3077/78	2-NEY SUASSUNA	MT-2291/97
ROBERTO REQUIÃO	PR-2401/07	3-CARLOS BEZERRA	SC-2141/47
RAMEZ TEBET	MS-2221/27	4-CASILDO Maldaner	RN-2461/2467
PEDRO SIMON	RS-3230/32	5-FERNANDO BEZERRA	AP-2151/52
RENAN CALHEIROS	AL-2261/2267	6-GILVAM BORGES	

PSDB

JEFFERSON PERES	AM-2061/67	1-SÉRGIO MACHADO	CE-2284/87
JOSÉ IGNÁCIO FERREIRA	ES-2121/24	2-JOSÉ SERRA	SP-2351/62
LÚCIO ALCÂNTARA	CE-2301/07	3-JOSÉ ROBERTO ARRUDA	DF-2011/17
BENI VÉRAS	CE-3242/43	4-OSMAR DIAS	PR-2124/25

BLOCO DE OPOSIÇÃO (PT, PDT, PSB, PPS)

ANTONIO C. VALADARES- PSB	SE-2201/04	1-ADEMIR ANDRADE - PSB	PA-2101/07
ROBERTO FREIRE - PPS	PE-2161/67	2-SEBASTIÃO ROCHA - PDT	AP-2241/47
JOSÉ EDUARDO DUTRA - PT	SE-2391/97	3-MARINA SILVA - PT	AC-2181/87

PPB

ESPERIDÃO AMIN	SC-4206/07	1-LEVY DIAS	MS-1128/1228
LEOMAR QUINTANILHA	TO-2073/74	2-EPITACIO CAFETEIRA	MA-4073/74

PTB

REGINA ASSUMPÇÃO	MG-2321/27	1-ODACIR SOARES	RO-3218/3219
------------------	------------	-----------------	--------------

REUNIÕES: QUARTAS-FEIRAS ÁS 10:00 HS SALA N° 03-ALA SEN. ALEXANDRE COSTA
 SECRETÁRIO: VERA LÚCIA LACERDA NUNES TEL. DA SALA DE REUNIÃO: 311-3541
 TELEFONES DA SECRETARIA: 311-3972/4612 FAX: 311-4315

Atualizada em: 13/01/98

4) COMISSÃO DE EDUCAÇÃO - CE
PRESIDENTE: SENADOR ARTUR DA TÁVOLA
VICE-PRESIDENTE: JOEL DE HOLLANDA
(27 TITULARES E 27 SUPLENTES)

TITULARES

SUPLENTES

PFL

JÚLIO CAMPOS	MT-4064/65	1-BERNARDO CABRAL	AM-2081/82
HUGO NAPOLEÃO	PI-3085/87	2-VILSON KLEINÖBING	SC-2041/42
JOEL DE HOLLANDA -	PE-3197/98	3-LEONEL PAIVA	DF-1046/1146
ÉLCIO ALVARES	ES-3130/32	4-FRANCELINO PEREIRA	MG-2411/12
JOÃO ROCHA	TO-4070/71	5-GILBERTO MIRANDA	AM-3104/05
ROMERO JUCÁ	RR-2111/17	6-JONAS PINHEIRO	MT-2271/72
ROMEU TUMA	SP-2050/57	7-WALDECK ORNELAS	BA-2211/12
EDISON LOBÃO	MA-2311/46	8-VAGO	

PMDB

JOSÉ FOGAÇA	RS-3077/70	1-RAMEZ TEBET	MS-2222/23
FERNANDO BEZERRA	RN-2461/67	2-VAGO	
ROBERTO REQUIÃO	PR-2401/02	3-NEY SUASSUNA	PB-4345/46
GERSON CAMATA	ES-3203/04	4-NABOR JUNIOR	AC-1478/1378
JOSÉ SARNEY	AP-3429/31	5-RENAN CALHEIROS	AL-2261/2267
JOÃO FRANÇA (1)	RR-3067/68	6-OTONIEL MACHADO	GO-2031/32
VAGO		7-VAGO	

PSDB

ARTUR DA TAVOLA	RJ-2431/32	1-JEFFERSON PERES	AM-2061/62
COUTINHO JORGE	PA-3050/4393	2-JOSÉ IGNÁCIO FERREIRA	ES-2121/22
SÉRGIO MACHADO	CE-2281/82	3-LÚCIO ALCÂNTARA	CE-2301/02
TEOTÔNIO VILELA FILHO	AL-4093/94	4-CARLOS WILSON	PE-2451/52
BENI VERAS	CE-3242/43	5-JOSÉ SERRA	SP-2351/52

BLOCO DE OPOSIÇÃO (PT, PDT, PSB, PPS)

LAURO CAMPOS - PT	DF-2341/42	1-BENEDITA DA SILVA - PT	RJ-2171/72
MARINA SILVA - PT	AC-2181/82	2-ANTONIO C. VALADARES PSB	SE-2201/07
EMILIA FERNANDES - PDT	RS-2331/37	3-VAGO	
ABDIAS NASCIMENTO - PDT	RJ-4229/30	4-VAGO	

PPB

LEVY DIAS	MS-1128/1228	1-ESPERIDIÃO AMIN	SC-1123/1223
LEOMAR QUINTANILHA	TO-2071/72	2-ERNANDES AMORIM	RO-2251/57

PTB

ODACIR SOAPES	RO-3218/19	1-REGINA ASSUMPÇÃO	MG-2321/22
---------------	------------	--------------------	------------

(1) Desfilou-se do PMDB, ingressando no PPB, em 2.10.97.

REUNIÕES: QUINTAS-FEIRAS ÀS 10:00 HS (*)
SECRETÁRIO: JÚLIO RICARDO B. LINHARES
TELEFONES DA SECRETARIA: 311-3498/4604

SALA N° 15 - ALA SEN. ALEXANDRE COSTA
TEL. DA SALA DE REUNIÃO: 311-3276
FAX: 311-3121

(*) Horário de acordo com a Ata publicada no DSF de 12.9.97, pgs. 18655/6
 Horário regimental: 5's feiras às 14:00 hs.

5) COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL - CRE

PRESIDENTE: SENADOR JOSÉ SARNEY
VICE-PRESIDENTE: SENADOR ROMEU TUMA
(18 TITULARES E 19 SUPLENTES)

TITULARES

SUPLENTES

PFL

GUILHERME PALMEIRA	AL-3245/47	1-JOEL DE HOLLANDA	PE-3197/99
HUGO NAPOLEÃO	PI-4478/79	2-BELLO PARGA	MA-3069/72
JOSÉ AGRIPINO	RN-2361/67	3-JOÃO ROCHA	TO-4070/71
BERNARDO CABRAL	AM-2081/87	4-JOSÉ ALVES	SE-4055/57
ROMEU TUMA	SP-2051/57	5-VILSON KLEINÜBING	SC-2041/47
LEONEL PAIVA	DF-1046/1146	6- JOSÉ BIANCO	RO-2231/32

PMDB

JOSE SARNEY	AP-3429/31	1-MARLUCE PINTO	RR-1101/4062
HUMBERTO LUCENA	PB-3139/41	2-FERNANDO BEZERRA	RN-2461/67
PEDRO SIMON	RS-3230/31	3-MAURO MIRANDA	GO-2091/92
CASILDO MALDANER	SC-2141/47	4-GERSON CAMATA	ES-3203/04
JADER BARBALHO	PA-3051/53	5-OTONIEL MACHADO	GO-2031/32

PSDB

ARTUR DA TAVOLA	RJ-2431/36	1-JOSÉ IGNÁCIO FERREIRA	ES-2021/27
CARLOS WILSON	PE-2451/57	2-TEOTÔNIO VILELA FILHO	AL-4093/95
LÚDIO COELHO	MS-2381/87	3-OSMAR DIAS	PR-2121/27

BLOCO DE OPOSIÇÃO (PT, PDT, PSB, PPS)

BENEDITA DA SILVA - PT	RJ-2171/77	1-EDUARDO SUPlicy - PT	SP-3215/16
ABDIAS NASCIMENTO - PDT	RJ-3188/89	2-ADEMIR ANDRADE - PSB	PA-2101/02
EMILIA FERNANDES - PDT	RS-2331/37	3-MARINA SILVA-PT	AC-2181/82

PPB

EPITACIO CAFETEIRA	MA-1411/4073	1-LEVY DIAS	MS-1128/1228
---------------------------	---------------------	--------------------	---------------------

PTB

REGINA ASSUMPÇÃO	MG-2321/2321	1-ODACIR SOARES	RO-3218/19
-------------------------	---------------------	------------------------	-------------------

REUNIÕES: TERÇAS-FEIRAS ÀS 10:00 HS (*) SALA N° 07-ALA SEN. ALEXANDRE COSTA

SECRETÁRIO: MARCOS SANTOS PARENTE FILHO TEL. DA SALA DE REUNIÃO: 311-3367

TELEFONES DA SECRETARIA: 311-3259/3496 FAX: 311-3546

(*) Horário de acordo com a Ata publicada no DSF de 12.9.97, pgs. 18655/6
Horário regimental: 5º feiras às 10:00 hs.

Atualizada em: 15/01/98

6) COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRA-ESTRUTURA - CI

PRESIDENTE: VAGO
 VICE-PRESIDENTE: SENADOR FREITAS NETO
 (23 TITULARES E 23 SUPLENTES)

TITULARES	SUPLENTES
PFL	
FREITAS NETO	PI-2131/2137
JOSÉ AGRIPINO	RN-2361/2367
ROMERO JUCÁ	RR-2111/2117
VILSON KLEINÜBING	SC-2041/2047
ÉLCIO ALVARES	ES-3130/3132
JOEL DE HOLLANDA	PE-3197/3199
HUGO NAPOLEÃO	PI - 4478/4479
PMDB	
NABOR JUNIOR	AC-1478/1378
MAURO MIRANDA	GO-2091/92
RENAN CALHEIROS	AL-2261/2270
GERSON CAMATA	ES-3203/ 3204
OTONIEL MACHADO	GO-2031/32
MARLUCE PINTO	RR-1101/4062
PSDB	
JOSÉ IGNÁCIO FERREIRA	ES-2021/2027
JOSÉ ROBERTO ARRUDA	DF-2011/2017
TEOTÔNIO VILELA FILHO	AL-4093/95
JOSÉ SERRA	SP-2351/52
BLOCO DE OPOSIÇÃO (PT, PDT, PSB, PPS)	
JOSÉ EDUARDO DUTRA - PT	SE-2391/2397
ANTONIO C. VALADARES	SE-2201/07
EMILIA FERNANDES - PDT	RS-2331/37
PPB	
LEVY DIAS	MS-1128/1228
ERNANDES AMORIM	RO-2251/57
PTB	
REGINA ASSUMPÇÃO	MG-2321/2327

(1) Falta indicação da liderança conforme nova proporcionalidade da atual sessão legislativa

REUNIÕES: TERÇAS-FEIRAS ÀS 10:00 HS (*)

SECRETÁRIO: CELSO PARENTE

TELEFONES DA SECRETARIA: 311-4354/4607

(*) Horário de acordo com a Ata publicada no DSF de 12.9.97, pgs. 18655/6
 Horário regimental: 3's feiras às 14:00 hs.

SALA N° 13-ALA SEN. ALEXANDRE COSTA

TEL. DA SALA DE REUNIÃO: 311-3292 (FAX)

FAX: 311-3286

7) COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO E CONTROLE - CFC

(Resolução nº 46, de 1993)

PRESIDENTE: SENADOR JOÃO ROCHA
VICE-PRESIDENTE: SENADOR CARLOS WILSON
(17 TITULARES E 09 SUPLENTES)

TITULARES**SUPLENTES****PFL**

JOSAPHAT MARINHO	BA-3173/74	1-VILSON KLEINÜBING	SC-2041/47
JOSÉ ALVES	SE-4055/56	2-FRANCELINO PEREIRA	MG-2411/17
JÚLIO CAMPOS	MT-4064/65	3-WALDECK ORNELAS	BA-2211/17
JOÃO ROCHA	TO-4070/71		
GILBERTO MIRANDA	AM-3104/05		

PMDB

VAGO		1-GILVAM BORGES	AP-2151/57
NEY SUASSUNA	PB-4345/46	2-JOÃO FRANÇA (*)	RR-3067/68
HUMBERTO LUCENA	PB-3139/40		
VAGO			
VAGO			

PSDB

BENI VERAS	CE-3242/43	1-JOSÉ IGNÁCIO FERREIRA	ES-2121/22
CARLOS WILSON	PE-2451/57	2-COUTINHO JORGE	PA-3050/4393
JOSÉ SERRA	SP-2351/52		

BLOCO DE OPOSIÇÃO (PT, PDT, PSB, PPS)

EDUARDO SUPLICY - PT	SP-3215/16	1-BENEDITA DA SILVA - PT	RJ-2171/77
VAGO			

PPB

EPITACIO CAFETEIRA	MA-4073/74	1-ERNANDES AMORIM	RO-2051/55

PTB

ODACIR SOARES	RO-3218/3219

(**) Desfiliou-se do PMDB, ingressando no PPB, em 2.10.97.

REUNIÕES: QUARTAS-FEIRAS ÀS 17:00 HS (*) SALA N° 06-ALA SEN. NILO COELHO**SECRETÁRIO: JOSE FRANCISCO B. CARVALHO TEL. DA SALA DE REUNIÃO: 311-3254****TELEFONES DA SECRETARIA: 311-3935/3519 FAX: 311-1060**

(*) Horário de acordo com a Ata publicada no DSF de 12.9.97, pgs. 18655/6

Atualizada em: 15/01/98

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO PARLAMENTAR CONJUNTA DO MERCOSUL
(Representação Brasileira)

Presidente de honra: Senador José Samey

PRESIDENTE: SENADOR LÚDIO COELHO
VICE-PRESIDENTE: DEPUTADO JÚLIO REDECKER
SECRETÁRIO-GERAL: DEPUTADO PAULO BORNHAUSEN
SECRETÁRIO-GERAL ADJUNTO: DEPUTADO GERMANO RIGOTTO
(16 TITULARES E 16 SUPLENTES)

TITULARES SUPLENTES

SENADORES
PMDB

JOSÉ FOGAÇA 1 - PEDRO SIMON
CÁSILDO MALDANER 2 - ROBERTO REQUIÃO

PFL

VILSON KLEINUBING 1 - JOEL DE HOLLANDA
WALDECK ORNELAS 2 - JÚLIO CAMPOS

PSDB

LÚDIO COELHO 1 - JOSÉ IGNÁCIO FERREIRA

PPB

LEVY DIAS 1 - ESPERIDIÃO AMIN

PTB

JOSÉ EDUARDO

BLOCO DE OPOSIÇÃO (PT,PSB,PDT,PPS)

BENEDITA DA SILVA EMÍLIA FERNANDES

TITULARES SUPLENTES

DEPUTADOS

PFL/PTB

PAULO BORNHAUSEN VALDOMIRO MEGER

JOSÉ CARLOS ALELUIA BENITO GAMA

PMDB

EDISON ANDRINO CONFÚCIO MOURA

GERMANO RIGOTTO ROBSON TUMA

PSDB

FRANCO MONTORO NELSON MARCHEZAN

CELSO RUSSOMANO RENATO JONHSSON

PPB

JÚLIO REDECKER

PT/PDT/PC do B

MIGUEL ROSSETTO LUIZ MAINARDI

SECRETARIA DA COMISSÃO:

ENDEREÇO: CÂMARA DOS DEPUTADOS - ANEXO II - SALA T/24 -

BRASÍLIA - DF - 70160-900

FONE: (55) (061) 3187436 3187188 318-8232 318-7433

FAX: (55) (061) 3182154

SECRETÁRIA: LOURDES MELO NUNES DE CARVALHO

Atualizada em 9/9/97.

7.1) COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO E CONTROLE - CFC

**(*) SUBCOMISSÃO DESTINADA À FISCALIZAÇÃO DAS ENTIDADES FECHADAS DE
PREVIDÊNCIA PRIVADA (FUNDOS DE PENSÃO), QUE TENHAM COMO PATROCINADOR A
UNIÃO E O SISTEMA FINANCEIRO NACIONAL**

**PRESIDENTE: SENADOR JOSÉ ALVES
VICE-PRESIDENTE: SENADOR BENI VERAS
(07 TITULARES E 04 SUPLENTES)**

TITULARES

SUPLENTES

PFL

**JOSÉ ALVES
GILBERTO MIRANDA**

**SE-4055/56
AM-3104/05**

**1-VILSON KLEINÜBING
2- WALDECK ORNELAS**

**SC-2041/47
BA-2211/17**

PMDB

**VAGO ←
HUMBERTO LUCENA**

PB-3139/40

JOÃO FRANÇA ()**

RR-3067/68

PSDB

BENI VERAS

CE-3242/43

COUTINHO JORGE

PA-3050/4393

BLOCO DE OPOSIÇÃO (PT, PDT, PSB, PPS)

EDUARDO SUPLICY - PT

SP-3215/16

VAGO

PPB + PTB

EPITACIO CAFETEIRA

MA-4073/74

ERNANDES AMORIM

RO-2051/55

() Desfilhou-se do PMDB, ingressando no PPB, em 2.10.97.**

REUNIÕES:

SALA N° 06-ALA SEN. NILO COELHO

SECRETÁRIO: JOSE FRANCISCO B. CARVALHO TEL. DA SALA DE REUNIÃO: 311-3254

TELEFONES DA SECRETARIA: 311-3935/3519 FAX: 311-1060

ANDAMENTO

EM 10.97 FOI DESIGNADO RELATOR O SENADOR GILBERTO MIRANDA

(*) Atualizada em: 15/01/98



Subsecretaria de Edições Técnicas do Senado Federal
Via N-2, Unidade de Apoio III. Praça dos Três Poderes. CEP 70165-900. Brasília, DF.

REVISTA DE INFORMAÇÃO LEGISLATIVA

Periodicidade Trimestral

Assinatura para o ano de 1997

Números 133-136

R\$ 40,00

Os pedidos deverão ser acompanhados de original do recibo de depósito a crédito do FUNCEGRAF, Caixa Econômica Federal, Agência 1386, conta nº 920.001-2, operação 006; ou junto ao Banco do Brasil, Agência 0452-9, conta nº 55.560.204-4.

Preenchá o cupom abaixo e envie-nos hoje mesmo, juntamente com o original do recibo de depósito.

DESTINATÁRIO			
Nome:			
Órgão:			
Unidade:			
Endereço:			
CEP:	Cidade:	UF:	País:
Telefones para contato:			

Outras informações pelos fones: 311-3575/3576/3579. Fax: 311-4258. E-Mail: ssetec@admass.senado.gov.br

DIÁRIOS DO CONGRESSO NACIONAL

PREÇO DE ASSINATURA SEMESTRAL

Assinatura DCD ou DSF s/o porte	RS 31,00
Porte de Correio	RS 96,60
Assinatura DCD ou DSF c/o porte (cada)	RS 127,60
Valor do número avulso	RS 0,30
Porte avulso	RS 0,80

DIÁRIOS DO CONGRESSO NACIONAL

PREÇO DE ASSINATURA ANUAL

Assinatura DCD ou DSF s/o porte	RS 62,00
Porte de Correio	RS 193,20
Assinatura DCD ou DSF c/o porte (cada)	RS 255,20
Valor do número avulso	RS 0,30
Porte avulso	RS 0,80

ug = 020002

gestão = 02902

Os pedidos deverão ser acompanhados de Nota de Empenho, Ordem de Pagamento pela Caixa Econômica Federal - Agência 1386-2 PAB CEGRAF, conta nº 920001-2, Banco do Brasil, Agência 0452-9 Central, conta nº 55560204-4 ou recibo de depósito via FAX (061) 2245450, a favor do FUNCEGRAF.

**SECRETARIA ESPECIAL DE EDITORAÇÃO E PUBLICAÇÕES
PRAÇA DOS TRÊS PODERES S/Nº - BRASÍLIA DF - CEP 70165-900
CGC 00.530.279/0005-49**

Obs.: Não será recebido cheque via carta para efetivar assinaturas dos DCN.

Maiores informações pelos telefones (061) 311-3738 Seção de Remessas Postais ou (061) 311-3803 Seção de Cobrança.

Tabela em vigor a partir de 3-3-97.



EDIÇÃO DE HOJE: 56 PÁGINAS